

Relatório Final

XLII REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

12 e 13 de julho de 2021

*Hotel InterContinental Luanda Miramar
- com participação por videoconferência -*

1. Sessão de Abertura

O Ponto Focal de Angola (PFC ANG), Oliveira Encoge, anfitrião da XLII Reunião de Pontos Focais de Cooperação da CPLP (RPFC), dirigiu saudações aos participantes (física e virtualmente presentes) e, em seguida, recordou o lema da XIII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (CCEG): *“Construir e Fortalecer um Futuro Comum e Sustentável”*, com os pressupostos de *“reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que nos unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento económico e social dos seus Povos e para a maior e mais ampla afirmação e divulgação da Língua Portuguesa”*, bem como de *“fomentar a cooperação multilateral, assente na justiça social, para combater as assimetrias económicas e sociais, no interesse do desenvolvimento sustentável, inclusivo e harmonioso dos Estados-Membros e seus Povos”*, compromissos dos Estados-Membros expressamente manifestados na Visão Estratégica da CPLP para o decénio 2016–2026.

O Ponto Focal de Cooperação de Cabo Verde (PFC CV), António Alves Lopes, enquanto coordenador cessante da RPFC, cumprimentou os presentes e agradeceu todo o apoio recebido no exercício da sua Presidência, lembrando que a extensão da mesma fora consequência da pandemia Covid 19. Destacou a relevância da RPFC pela coordenação de todas as atividades de cooperação assim como o papel de *“aconselhamento”* que desenvolve junto de outros Órgãos da Organização.

O Diretor Geral da CPLP (DG), Armindo Brito Fernandes, em nome do SECPLP, saudou todos os Pontos Focais de Cooperação (PFC) e todas as delegações presentes na XLII RPFC, agradecendo às autoridades angolanas pelo bom acolhimento. Felicitou o PFC CV, que cessava funções, pelo excelente trabalho no decorrer da sua Presidência, que conferiu dinamismo e coordenação ao funcionamento deste Órgão. Felicitou também a nova Presidência de Angola da CPLP, na pessoa do PFC ANG, Oliveira Encoge, que passava a assumir o papel de Coordenador da RPFC.

A Presidência da RPFC foi então transferida do PFC CV para o PFC ANG. Ao fazê-lo, o PFC ANG (Coordenador) prestou os seus agradecimentos e elogios ao PFC CV, António Alves Lopes, pelo exercício da sua Presidência num período particularmente difícil, assumindo o compromisso de

retomar as atividades paralisadas pela pandemia, elogiando ainda o profissionalismo do trabalho desenvolvido pelo SECPLP e, em particular, pela Direção de Cooperação da CPLP.

Vários PFC teceram palavras de apreço à equipa cabo-verdiana, pela liderança nos trabalhos da sua Presidência, tendo, também, felicitado e encorajado o PFC ANG para o exercício das suas novas funções.

A lista de presenças da reunião encontra-se no **Anexo 1**.

2. Aprovação da Agenda de Trabalho e do Programa

A agenda e programa da RPFC foram colocados à apreciação, tendo os PFC de Portugal, Cabo Verde, Brasil e Angola solicitado a inserção de vários pontos na agenda, nomeadamente no ponto 7. *Informações e outros assuntos*, após o qual a agenda foi aprovada por unanimidade (**Anexo 2**).

3. Reforço do Enquadramento Estratégico da Cooperação na CPLP

3.1 Análise do Projeto de Resolução sobre a “Revisão do Regimento do Fundo Especial da CPLP”

O Diretor de Cooperação (DC), Manuel Clarote Lapão, informou que os Projetos de Resolução a seguir apresentados, seguiriam ainda para deliberação dos Órgãos superiores da CPLP, tendo os seus textos iniciais, resultado de uma base consensualizada entre o SECPLP e os PFC, posteriormente trabalhados pelo Grupo de Trabalho do Conselho de Ministros (GT Min).

Foram visualizadas e lidas as versões apreciadas pelo GT Min, no dia 7 de julho de 2021, de duas propostas de Resolução:

- Sobre a “Revisão do Regimento do FE da CPLP”, cujo parágrafo decisório lia:
 - *Aprovar a revisão do Regimento do Fundo Especial da CPLP, em anexo.*

- Sobre a “Nova Orientação Estratégica da Cooperação na CPLP”, cujo parágrafo decisório lia:
 - *1. Aprovar a versão revista do “Manual de Cooperação da CPLP”;*
 - *2. Tomar boa nota dos normativos que, juntamente com o Manual de Cooperação da CPLP e a Revisão de 2021 do Regimento do Fundo Especial da CPLP e seus anexos, compreendem a nova orientação estratégica da cooperação da CPLP, recomendando a sua disseminação e apropriação pelos diferentes órgãos da CPLP:*
 - *Documento Estratégico de Cooperação da CPLP (atualmente em vigor para o período 2020–2026);*
 - *Quadro Bienal de Cooperação (atualmente em vigor para o período 2020–2022).*

O Coordenador agradeceu o trabalho realizado na elaboração de ambas as Resoluções, tendo estes textos sido endossados pela RPFC.

4. Partilha de informações pelos Estados-Membros sobre as Atividades em execução nos respetivos contextos

4.1 Atividades em contexto de Pandemia

4.2 Progressos na implementação dos ODS nos Estados-Membros -relatórios apresentados

O Coordenador convidou os demais PFC a partilharem as atividades em curso, a nível nacional, para fazer frente à pandemia e realçou a capacidade de superar as limitações, com o surgimento de novas metodologias de trabalho, o que permitiu dar continuidade às atividades e prossecução dos objetivos da RPFPC.

A Ponto Focal de Cooperação de Portugal (PFC PT) informou da atuação de Portugal no combate à pandemia, enquadrada no *Plano de Ação na Resposta Sanitária à Pandemia COVID-19 entre Portugal e os PALOP e Timor-Leste*, que coordena a ação de várias entidades e Ministérios dos países envolvidos.¹

Informou, ainda, sobre a continuidade do apoio aos parceiros de cooperação, em especial na operacionalização dos respetivos planos nacionais de vacinação e na continuação na verificação das necessidades de equipamentos de proteção individual. Aditou que, enquanto Presidência do Conselho da União Europeia, Portugal conseguiu congregiar apoios, tendo a meta de doar 5% das vacinas adquiridas para os parceiros. (2º semestre de 2021). Disse, também, que Portugal participava na Iniciativa COVAX e que estava a apoiar os países parceiros para garantir uma distribuição eficaz das vacinas, designadamente em Moçambique e em São Tomé e Príncipe.

O Ponto Focal de Cooperação da Guiné-Bissau (PFC GB), Marcelo de Almeida, informou sobre a criação de uma “Alta Autoridade para o combate ao Covid”, que atua desde o surgimento da pandemia, relatando uma situação “mais ou menos” estabilizada no país, contudo com sequelas nos setores da vida social e económica do país. Indicou que se haviam registado, até à data, menos de 4000 mil casos e 69 mortes. Agradeceu aos parceiros no apoio à vacinação, relatando o bom nível de abrangência e o avanço da fase de administração da 2º dose. Por fim, referiu que o “Comité de Pilotagem dos ODS”, deveria verificar e definir uma resposta, para os atrasos nos objetivos do “Plano Nacional de Desenvolvimento”.

O Coordenador passou a palavra ao Embaixador Carlos Sardinha, de Angola, para explanar sobre a situação relativa à pandemia em Angola, tendo este relatado que a pandemia forçara a medidas de controle sanitário e à declaração de estado de emergência, assistindo-se ao cancelamento de agendas internacionais, com o fechamento de fronteiras e suspensão de entrada de delegações estrangeiras. Notou que no espaço da CPLP, os efeitos da COVID também haviam tido repercussões, com o cancelamento de muitas reuniões, tendo destacado as seguintes: Reunião de Ministros do Comércio

¹ Este Plano resulta de um esforço coordenado dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, Saúde, Defesa, Administração Interna, Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e de entidades como a Sociedade Portuguesa de Cuidados Intensivos, a Ordem dos Farmacêuticos, a Fundação Aga Khan, o Centro de Engenharia e Desenvolvimento de Produto e a Fundação Gulbenkian, entre outros, e foi elaborado com o objetivo de contribuir para a mitigação dos efeitos da pandemia COVID-19 nos Países Africanos de Língua Portuguesa e em Timor-Leste.

e Finanças, (17 março, Lisboa), Reunião das Agências de Promoção do Investimento da CPLP (19 março, Lisboa) e Reunião de Conselho de Ministros da CPLP (14 a 18 abril, Cabo Verde). Informou da intenção de retoma destas reuniões, pela Presidência de Angola, com as naturais condicionantes da situação de controlo da pandemia.

O Coordenador complementou a informação, dando nota que no quadro da implementação dos ODS, o Governo de Angola tinha implementado várias ações visando o bem-estar das populações, baseadas na proteção do ambiente e prosperidade económica. Informou, ainda, que o Governo de Angola se comprometera a redobrar os esforços para o prosseguimento dos ODS e da Agenda 2030.

O Representante do Brasil relatou que, desde o início da pandemia, o Congresso Nacional já aprovara, a pedido do Poder Executivo federal, um aumento de R\$ 732,1 bilhões (aproximadamente 119,5 mil milhões de Euros) no orçamento do governo central para o combate à pandemia. Além disso, referiu que o Governo Federal prestara assistência financeira emergencial a 67,7 milhões de brasileiros, o que lhes permitiu enfrentar a pandemia e manter sua renda, especialmente no caso dos trabalhadores informais e dos desempregados e que esses benefícios emergenciais mensais tiveram um custo total de R\$ 254,2 bilhões em 2020 (aproximadamente 40 mil milhões de Euros). Aditou que a extensão dos mesmos para 2021 fora aprovada pelo Congresso Nacional. Informou, também, que no programa nacional de imunização contra a COVID 19, cerca de 40% da população brasileira já recebera a primeira dose da vacina, sendo que 15% da população já recebera a segunda dose. Explicou que a partir de outubro, a Fundação Oswaldo Cruz, do Ministério da Saúde (FIOCRUZ/MS) iniciaria a produção de vacinas a partir de Ingrediente Farmacêutico Ativo 100% nacional. Disse, também, que o Brasil tinha atendido a demandas de auxílio humanitário recebidas de países em desenvolvimento, muitos dos quais africanos, bem como de organismos internacionais, da União Africana, cujo Centro de Controle de Doenças o Brasil doou USD 250.000. Sobre as doações humanitárias em favor de países da CPLP, no contexto da pandemia de Covid-19, foram efetuadas as seguintes:

- USD 100.000 para aquisição de equipamentos, medicamentos, e materiais médicos para reforçar o enfrentamento à pandemia em Moçambique, com apoio do Programa Mundial de Alimentos (PMA);
- Envio, em curso, ao porto da Beira, em Moçambique, com apoio do Escritório das Nações Unidas para Obras e Serviços (UNOPS), de 4 mil toneladas de arroz beneficiado, dos estoques públicos brasileiros, administrados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para reforçar a segurança alimentar e nutricional do país; e
- USD 50.000 para aquisição de medicamentos e insumos hospitalares, do "Plano de Contingência Nacional à Epidemia", do governo de São Tomé e Príncipe, com o apoio do PMA.

Proseguiu, afirmando que o Brasil estava à disposição para dialogar sobre novas iniciativas de cooperação internacional com os EM da CPLP em torno do combate à Covid-19. Nesse sentido, referiu que o Brasil mantinha a expectativa de, até o final de 2022, poder contribuir para os esforços nacionais de imunização de populações de países africanos, com vacinas produzidas nacionalmente.

Em linha com a adoção de novas metodologias, que possibilitaram a continuidade das atividades previstas nos projetos de cooperação no âmbito da CPLP, informou que, nos dias 20 e 21 de maio de 2021, havia sido realizada uma capacitação sobre a regulação de recursos hídricos em matéria de fiscalização; cadastro de usuários; outorga e alocação de água em situações de conflito, atividades do projeto sobre gestão de recursos hídricos na CPLP.

Acrescentou que, em fins de junho de 2021, fora finalizado o primeiro semestre de aulas da 7ª edição do Curso de Português para diplomatas africanos e a 1ª edição do Curso de Português para Diplomatas Latino-Americanos e Caribenhos em Brasília, adaptada para o formato virtual, na qual 53 agentes diplomáticos haviam sido beneficiados. Acrescentou que as aulas seriam retomadas em agosto, para um segundo semestre de curso.

Por fim, informou, relativamente ao ponto 4.2, que a Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV), órgão governamental responsável pelo acompanhamento da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, transmitira informações acerca da estratégia "Agenda Brasil Sustentável", que tem como objetivo identificar as iniciativas prioritárias das metas globais dos ODS e analisar as ações e o progresso delas em cada órgão do Governo Federal. Explicou que a iniciativa, promovera, desde fevereiro, 40 oficinas com diferentes setores governamentais, para elaborar portfólio contendo lista de iniciativas para a prossecução de cada ODS; lista de metas e iniciativas a serem priorizadas pelo Brasil em cada ODS, com base na metodologia desenvolvida em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); e análise do avanço das metas.

O Ponto Focal de Timor-Leste (PFC TL), Aviano Faria, informou que até fevereiro de 2021, ou seja, durante um ano de pandemia, existira um bom controlo da sua expansão, tendo apenas, a partir dessa data, ocorrido um alastramento à comunidade. Com o apoio da iniciativa COVAX, países da região e, em breve, de Portugal, vinha sendo possível avançar com a vacinação e controlar os novos casos. Disse que a nova variante Delta ainda não fora detetada no território. Relativamente ao ponto 4.2. da agenda, informou que quando iniciou as funções de PFC, tomara a iniciativa de reunir com todos os Pontos Focais Setoriais, coordenação que se viu dificultada devido à pandemia e à calamidade que o país vivera durante o último ano.

O PFC CV, António alves Lopes, realçou os impactes da pandemia no país, considerando tratar-se do maior desafio do ponto de vista económico desde a independência de Cabo Verde, uma vez que esta paralisara por completo o turismo, principal atividade da economia nacional. O maior desafio atual era a recuperação da economia, observou, aditando que, com aposta na vacinação - contando com o apoio de parceiros, até final do ano - esperava que pelo menos 70% da população, e 100% nas ilhas turísticas do Sal e Boavista, pudessem estar vacinados.

O Coordenador constatou que a pandemia criara grandes obstáculos ao desenvolvimento nos EM da CPLP e no mundo, mas salientou os esforços que estavam a ser feitos pelos governos para minimizar os seus efeitos.

O Ponto Focal de São Tomé e Príncipe (PFC STP), Esterline Género, apresentou parabéns a Angola pela assunção da sua presidência da CPLP, tendo desejado felicidades ao Coordenador da RPFC. O PFC STP recordou que, na presente data, 12 de julho, se celebrava o dia da independência de São Tomé e Príncipe, agradecendo aos parceiros de cooperação que nestes 46 anos, apoiaram o Estado de São Tomé e Príncipe no desenvolvimento na Nação. No contexto da pandemia, informou que o país se encontrava na 3ª fase de vacinação e que se contabilizam 37 mortes, o que, no contexto do país, era um número elevado.

A Ponto Focal da Guiné Equatorial (PFC GE), Cristina Mangué Abeso, informou que a pandemia estava bem controlada no seu país, demonstrando que as políticas sanitárias estavam a ser efetivas, conseguindo reduzir o contágio na população, com a vacinação a decorrer bem. Como exemplo do controlo da pandemia, destacou a realização da “Cimeira de Negócios da CE-CPLP”, que decorreria nos dias 5, 6 e 7 de maio de 2021, no Centro Internacional de Conferências de Sipopo.

A RPFC decidiu que as informações partilhadas pelos Pontos Focais de Cooperação da CPLP, nomeadamente sobre os relatórios nacionais de progresso sobre os ODS, devem ser partilhadas com o Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP), até ao final de julho de 2021, para serem incluídas como anexo no Relatório da XLII RPFC.

4.3 Ponto de situação sobre a constituição de um Grupo de Trabalho para elaboração de um documento orientador sobre os mecanismos de cooperação em cenários de emergência

O Coordenador recordou que a RPFC determinou a génese do “*Grupo de Trabalho para elaboração de um documento orientador sobre os mecanismos de cooperação em cenários de emergência*”, composto por representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e o Secretariado Executivo da CPLP, tendo Timor-Leste ficado de confirmar a sua participação. A convocação da 1ª reunião do GT, seria responsabilidade da Presidência de Cabo Verde, não tendo esta ocorrido até à data de realização da presente RPFC.

A delegação do Brasil recordou que existiam iniciativas em curso nas áreas da Defesa (mecanismo de resposta a situações de catástrofe), da Administração Interna (Plataforma da redução de riscos e desastres da CPLP) e da Saúde (Grupo de Trabalho sobre capacitação em resposta a emergências em saúde pública), sendo necessário o provimento de informações aos membros do GT sobre a estratégia e o estágio de implementação de cada uma dessas iniciativas setoriais. Explicou que essas informações eram indispensáveis para o delineamento do documento orientador, conforme mandato conferido pela Resolução sobre o Reforço da Cooperação na CPLP em Situações de Emergência, adotada na XXV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, realizado a 9 de dezembro de 2020.

O Coordenador assumiu que a Presidência retomaria o tema e agendaria uma reunião do GT.

Ficou ainda acordado que, na preparação dessa reunião, o SECPLP circularia um ponto de situação sobre as atividades que tivessem sido realizadas pelos “mecanismos de cooperação em cenários de emergência” definidos no espaço de deliberação das Reuniões de Ministros da CPLP nos setores da Administração Interna, da Defesa e da Saúde.

4.4 Atualização da lista de contatos dos Pontos Focais Setoriais

a. Atualização dos contatos dos Pontos Focais

O DC recordou que a anterior RPFC estabeleceu que “o ponto de agenda: atualização dos contatos dos Pontos Focais, deveria ser inscrito na agenda de todas as primeiras reuniões anuais de PFC”; e “que os PFC deveriam remeter tabela de contactos atualizada até 15 de maio de 2021.”

O PFC TL informou que a lista de contatos deveria ser atualizada e remetida com brevidade, tendo a última atualização ocorrido em fevereiro de 2021.

O Coordenador apelou ao esforço de atualização e envio atempado das listas de contatos ao SECPLP.

O DC informou que na área reservada da reunião, se encontrava a versão atualizada com as listas recebidas desde a última RPFC.

A RPFC acordou que novas informações ou atualizações deveriam ser remetidas ao SECPLP até ao dia 15 de dezembro de 2021.

5. Acompanhamento das Atividades em execução no âmbito do Fundo Especial da CPLP

5.1 Seguimento das deliberações da XLI RPFC

O DC passou em revista as deliberações constantes da Grelha de deliberações da XLI RPFC (**Anexo 3**), observando, desde logo, uma elevada percentagem de cumprimento das mesmas. Retomando as deliberações, recordou que foram aprovadas, ao nível da RPFC, o Regimento da RPFC, o Regimento do FE da CPLP (e documentos anexos), o Manual de Cooperação da CPLP e a Matriz de Análise de Atividades. Relativamente ao documento orientador sobre mecanismos de cooperação em cenários de emergência, recordou que a atual RPFC já deliberara sobre a retoma do tema e do funcionamento do respetivo GT. Registou, neste ponto, o pedido do Brasil de se fazer um ponto de situação dos 3 mecanismos em vigor. No que respeitava ao 5.3: *Quadro de Execução de Atividades no âmbito do FE*, informou do trabalho realizado com o Brasil para revisão dos projetos PR14/LB/11, PR49/LIS/12, PR52/MAP/12, PR56/LIS/13 e AP06/LB/06; do contato efetuado com a entidade Conexão Lusófona sobre a interrupção do projeto; do contato com a entidade Associação de Cooperação com a GB, informando da previsão de assinatura de Protocolo em agosto e da previsão de arranque em outubro/novembro deste ano. Passando para o ponto 5.4 *Apuramento de Saldos Remanescentes de Atividades do FE*, observou que se haviam apurado um total de 45.464,82 € disponíveis para deliberação da presente RPFC. Relativamente ao ponto 6.1.1 *Aquisição de Software para implementação da plataforma Informatica para a criação de rede de arquivos históricos da CPLP*, informou que o SECPLP não teve oportunidade de concluir as consultas de mercado, sendo uma atividade para qual decorria

ainda uma concertação interna no SECPLP para avaliar a forma mais adequada de seguimento. Quanto ao ponto 6.4 da grelha, recordou que a anterior RPFC não aprovara as atividades propostas a deliberação, por necessidade de realizar consultas internas, sendo que as mesmas seriam trazidas a apreciação da presente reunião.

5.2 Execução Financeira do Fundo Especial (junho 2021)

O Diretor de Administração e Finanças (DAF), Macsud Ismail, apresentou uma síntese do Relatório de Execução Financeira do Fundo Especial, movimentos entre 1 janeiro a 30 de junho de 2021 (**Anexo 4**), com uma leitura dos quadros anexos.

Da primeira tabela projetada, explicou que os montantes eram apresentados de forma agregada por setor, destacando que 60 a 70% dos recursos se encontravam afetos a *Atividades de cooperação*. Informou sobre a disponibilidade elevada afeta aos *Recursos de Consignação Futura*, notando ainda o incremento dos recursos disponíveis, desde o início do ano, pelo aporte de cerca de €860.000 e uma saída do FE de apenas €250.000. Verificava-se assim, uma taxa de execução financeira de cerca de 5%, abaixo dos habituais 20% de execução, justificável pelo contexto da pandemia vivido. No quadro 2, destacaram-se duas contribuições de Portugal, realizadas no período reportado, no valor de 1 milhão de Euro, consignados ao PAV3, e €150.000 para *Consignação Futura*. Os demais € 24.000 haviam sido gerados internamente pela aplicação dos limites de consignação, indicou. Observou que o quadro 3 resumia os movimentos de saída, destacando-se as contribuições da rubrica "*Outras atividades de cooperação*" realizadas em apoio a Moçambique, no contexto da situação de emergência provocada pelo ciclone Idai, e para o Programa Mundial de Alimentação, através de recursos disponibilizados pelo Brasil no FE. Prosseguiu para o quadro 4, onde eram apresentadas com maior detalhe as últimas transações realizadas por cada atividade, permitindo visualizar o tempo em que os recursos estão imobilizados. Analisou o quadro 5, demonstrando a composição dos recursos livres que totalizavam € 87.905,74. Quanto ao último quadro, relatou que eram aí detalhados os saldos anteriores e atuais dos vários projetos, sendo que se tratava de informação que era distribuída numa base trimestral às Representações Diplomáticas junto da CPLP.

O representante do BR prestou informações sobre os seguintes projetos:

- PR41/LB/11 (Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe): a expectativa é de que os recursos desviados sejam ressarcidos ao projeto, tão logo concluídos os trâmites judiciais em curso, para fins de seu recolhimento ao Tesouro Nacional do Brasil;
- PR49/LIS/12 (Capoeira) e PR52/MAP/12 (RIPES): ambos projetos foram objeto de reuniões entre a UNILAB, o SECPLP e a ABC, para fins de aprimoramento das propostas de suas novas fases. Indicou que os documentos já foram revistos pelo Secretariado e deverão ser encaminhados para conhecimento da RPFC, tão logo o refinamento dos procedimentos administrativos que possibilitem a implementação das atividades dos projetos seja concluído;

- PR56/LIS/13 (Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência): a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos do Brasil (SNDPD/MMFDH) e a ABC optaram por concluir a minuta de projeto, de forma a tornar mais eficientes as reuniões virtuais, com os pontos focais setoriais indicados pelos Estados Membros, para validação e identificação dos temas prioritários que deverão ser objeto do novo programa. Segundo a SNDPD/MMFDH, a expectativa é de que o saldo da primeira fase do projeto, no valor de Euros 26.806,82, venha a ser utilizado para o cofinanciamento da nova fase;
- AP06/LB/06 (Monitoramento dos Projetos Apoiados pelo Brasil no âmbito da CPLP): o saldo remanescente, no valor de Euros 1.132,08, foi utilizado para custear a publicação do Manual de Cooperação da CPLP, que seria entregue aos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, na reunião de dia 17 de julho de 2021.

Em complemento às informações relativas ao projeto "Apoio à Gestão e ao Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP", a PFC BR informou que se encontrava em curso a elaboração de um portal sobre o tema água, a ser ancorado no portal geral da CPLP. Esse instrumento iria permitir o intercâmbio de informações, bem como de conteúdo técnico e científico produzido pelos EM. Neste ponto, a PFC BR enfatizou a importância de que as instituições responsáveis proovessem, em bases regulares, o material necessário para alimentação da plataforma em apreço, conforme acordado pelos Diretores de Recursos Hídricos da CPLP, na sua reunião realizada em março de 2021. Afirmou ainda que a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico do Brasil (ANA), com o intuito de contribuir com a Agenda 2030 das Nações Unidas, no tocante ao ODS 6 no Brasil, se articulava com o Instituto da Universidade das Nações Unidas para Água, Meio Ambiente e Saúde (UNU-INWEH), para a implementação da ferramenta "Sistema de Suporte a Políticas para o ODS 6 (SSP-ODS 6)", que visa a gerar evidências para a definição de políticas públicas e para os processos de tomada de decisão dos atores governamentais, a partir de um retrato real da situação analisada, identificação das instituições envolvidas e informações que auxiliam no monitoramento das metas. A parceria com a UNU-INWEH iria dar condições à ANA de implementar a ferramenta SSP-ODS 6 para a realidade brasileira, e compartilhar este conhecimento com países da CPLP. Para tanto, avançou que estavam planejados dois eventos:

- Um *webinário* internacional, no segundo semestre de 2021, envolvendo as instituições colaboradoras do estudo de caso brasileiro, potenciais parceiros da América Latina e os países de língua portuguesa sobre a implementação da ferramenta SSP-ODS 6 no contexto brasileiro; e
- Uma oficina presencial em Lisboa, no primeiro semestre de 2022, se as condições sanitárias permitirem, para os técnicos dos órgãos gestores de recursos hídricos dos países da CPLP, sobre a utilização da referida ferramenta.

A PFC PT agradeceu a apresentação do Relatório Financeiro realizada pelo DAF, pela forma transparente como as informações haviam sido transmitidas, mantendo, contudo, a reação de surpresa pela baixa taxa de execução. Solicitou explicações mais detalhadas, relativamente às verbas imobilizadas desde 2015 e, em particular, quanto à atividade "Portal Conexão Lusófona". Sugeriu

que as atividades fossem revistas “à lupa” para que aquelas que estivessem inativas e sem previsão de reativação, pudessem ter os seus recursos realocados a outras atividades, a deliberar futuramente.

O DAF tomou nota sobre a solicitação relativa ao Projeto de Artesanato e sobre a sugestão da PFC PT, recordando que esse exercício já havia sido iniciado, com a devolução parcial de recursos às contas do projeto.

A PFC GE, observou que a RPFC não abordara o ponto 4.2. da agenda, relativamente à partilha dos progressos nos ODS, nos países. Informou ainda, que no presente dia, enviara ao SECPLP a lista atualizada dos contatos dos pontos focais setoriais. Sobre o ponto 5.2 da agenda: *Execução Financeira do Fundo Especial (junho 2021)*, e reportando-se ao Projeto “Apoio à Monitorização de Recursos Hídricos na CPLP” e ao Projeto “Estágio para Diplomatas”, pediu esclarecimentos, pois não se recordava que o país tivesse participado nessas atividades. Concluiu, indicando que seria enviado um relatório escrito de síntese do progresso dos ODS no seu país. Tendo a generalidade destes pontos sido abordada nos respetivos pontos de agenda, o Coordenador e o DC, recordaram as informações já prestadas e esclareceram as questões colocadas pela PFC GE.

A delegação do Brasil registou que, no caso da atividade mais recente, no âmbito do projeto de Recursos Hídricos (capacitação em matéria de Regulação de Recursos), a atividade atendeu a demandas específicas de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola, sendo que Guiné Equatorial tem participado das atividades do projeto. Em relação à ação “Estágio para Diplomatas”, foi recordado que um diplomata equato-guineense tomou parte da última edição da atividade, que decorrerá em fevereiro de 2020.

5.3 Quadro de Execução de Atividades no âmbito do Fundo Especial

O DC notou que este ponto da agenda seria apoiado por um novo modelo de relatório, que passaria a ser o Relatório do Quadro Bienal de Cooperação (QBC), permitindo uma leitura paritária com o Relatório apresentado pela DAF, separando as atividades alinhadas com o DEC, das atividades não alinhadas com o DEC e uma memória das atividades concluídas.

Explicou em seguida a forma como as informações se encontravam organizadas no QBC para melhor compreensão de todos os presentes.

5.4 Apuramento de saldos remanescentes de Atividades do Fundo Especial

O DC informou que haviam sido apurados um total de 20.341,39€ em saldos remanescentes, que ficam disponíveis para financiamento de novas Atividades. Estas novas disponibilidades resultam do apuramento de saldos das seguintes Atividades já concluídas:

- CIICLAA - PR83MN19 – 6.579,94€
- Portal Conexão Lusófona - Fase 3 - PR79LIS18 – 13.761,45€

Explicou que esse montante seria somado aos saldos remanescentes apurados pela XLI RPF, de abril de 2021, no valor de 45.464,82€;

A XLII RPFPC apurou assim um total de saldos remanescentes no valor de 65.806,21€.

6. Propostas de Atividade para apreciação/deliberação

6.1 Atividades aprovadas com a categoria 4 na XXXVII RPFPC (a aguardar alocação de recursos)

6.1.1 Aquisição de Software para implementação da plataforma informática para a Criação de Rede de Arquivos Históricos da CPLP

O DC recordou que aquando da apresentação do QBC já se havia prestado informação sobre esta atividade, salientando que a melhor forma de dar seguimento ao processo estava a ser consensualizada no âmbito do SECPLP, nomeadamente quanto à necessidade de realização de um novo *procurement* e que se esperava poder trazer informação atualizada para apreciação dos PFC na próxima reunião ordinária.

A delegação brasileira sugeriu a possibilidade de utilização do software “*Tainacan*”, ferramenta informática de livre acesso, com possibilidade de adaptação e modelação às necessidades da Atividade e da CPLP. Explicou que o referido software foi desenvolvido pelo Laboratório de Inteligência de Redes da Universidade de Brasília, com apoio da Universidade Federal de Goiás, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e do Instituto Brasileiro de Museus, e que poderá ser empregue sem custo de instalação ou atualização, podendo ser usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído sem nenhuma restrição.

O DC tomou boa nota da oferta do Brasil e sugeriu que, oportunamente, a Direção da Língua e da Cultura do SECPLP (DACLP) estabelecesse contato com o Brasil para ponderação do uso do referido software.

6.2 Novas Propostas de Atividade

O DC referiu que as duas primeiras atividades listadas neste ponto reportavam a iniciativas que haviam sido apresentadas na XLI RPFPC, realizada em abril. Acrescentou que existia também uma terceira atividade que seria apresentada na Reunião em curso.

6.2.1 Observatório Clima CPLP

O Coordenador informou da manifestação de interesse e apoio da Secretária de Estado do Ambiente de Angola em alavancar esta atividade e prosseguir com a sua implementação.

O DC recordou, a menção de apoio explícito de Portugal para financiamento da atividade, registada no relatório da última Reunião de Pontos Focais de Cooperação. A PF PT confirmou o interesse e apoio ao nível político e técnico ao projeto, assim como a disponibilização de Portugal para cofinanciamento da iniciativa.

A delegação brasileira indicou que haviam sido realizadas consultas formais e que, em resultado das mesmas, havia sido possível um posicionamento preliminar de não oposição por parte do Ministério do Ambiente. Aditou que, em função de mudanças institucionais recentes naquele órgão federal, aguarda-se seu posicionamento formal e definitivo, que será informado oportunamente.

A Atividade foi aprovada técnica e financeiramente pela RPFC.

6.2.2 Apoio à constituição da Rede de Reservas da Biosfera da UNESCO nos países da CPLP

O DC recordou, a menção de apoio explícito de Portugal, registada no relatório da última Reunião de Pontos Focais de Cooperação. A PF PT confirma o interesse e apoio ao nível político e técnico ao projeto, assim como a disponibilização para o financiamento da iniciativa.

A delegação brasileira indicou, tal como no ponto anterior, que haviam sido realizadas consultas formais e que em resultado das mesmas havia sido possível um posicionamento preliminar de não oposição por parte do Ministério do Ambiente. Aditou que oportunamente enviariam por escrito a posição definitiva do órgão.

A Atividade foi aprovada técnica e financeiramente pela RPFC.

6.2.3 Plataforma ODSlocal CPLP

O responsável da atividade, Plataforma ODSlocal CPLP, Prof. João Guerra, agradeceu a oportunidade de participar, por teleconferência, na RPFC e fez uma apresentação da mesma. Esta proposta, pretende potenciar a experiência realizada em Portugal, (<https://odslocal.pt/>) desde meados de 2020, pondo em prática princípios da Agenda 2030, a nível local, alargando a sua atuação, através de um projeto piloto em três EM da CPLP. A apresentação pode ser consultada no **Anexo 5**.

A delegação do Brasil informou que seu governo não via óbice à aprovação do projeto e que o Brasil possuía boas práticas relacionadas com a localização dos ODS, que poderiam ser do interesse dos Estados Membros da CPLP. A título de exemplo, mencionou a “Mandala dos ODS”, desenvolvida pela Confederação Nacional dos Municípios – CNM (<https://ods.cnm.org.br/mandala-municipal>); o “BI do governo do Paraná de Olho nos ODS (<https://www.celepar.pr.gov.br/Pagina/Celepar-de-Olho-nos-ODS>); e as ações de “Negócios Inclusivos do SEBRAE”. Acrescentou que a Secretaria de Governo havia manifestado o interesse em conhecer a plataforma proposta no âmbito da CPLP, com objetivo de identificar se haveria alguma funcionalidade que poderia ser incorporada à plataforma nacional que estava sendo desenvolvida em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O DC informou que o SECPLP havia recebido comunicação, manifestando o apoio a esta iniciativa com origem no Gabinete do Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Portugal.

6.3 Identificação de Recursos Livres do Fundo Especial e recursos aportados pelos EM para as propostas de Atividade

O DC partilhou em tela um quadro com os recursos disponíveis para deliberação, que totalizavam 132.101,83 €, ao quais se deveriam acrescentar os valores que Portugal disponibilizou na anterior Reunião de Pontos Focais de Cooperação para as iniciativas do Observatório do Clima e da Rede de Reservas da Biosfera.

O DC convidou os Pontos Focais, a pronunciarem-se sobre novos montantes que entendessem colocar à disposição do FE, não tendo havido manifestações neste sentido.

Dada a relevância da atividade: Plataforma ODSLocal, (6.3.), o DC colocou à consideração dos PFC, a aprovação de um montante inicial, que permitisse à entidade executora, maior capacidade de atração e negociação com outros parceiros e eventuais entidades financiadoras. A execução deste financiamento ficaria, contudo, condicionada, à capacidade de captação do restante orçamento.

O PF GB, PF Moz, PF Portugal e o Coordenador manifestaram apoio à proposta do DC, notando a importância deste procedimento de dotação de um financiamento inicial que sirva de alavanca à atividade.

A PFC BR referiu que, embora não tivesse objeções à atividade, que se apresenta bastante robusta e pertinente, deveria realizar-se uma maior reflexão sobre o que efetivamente a plataforma poderá trazer aos países da CPLP em termos de construção e disponibilização de dados, e na adequação de metas e indicadores. Sugeriu, concretamente, que fosse realizada uma reunião de apresentação da iniciativa às entidades responsáveis pelos Relatórios Voluntários dos ODS nos respetivos países, assim como com entidades com iniciativas semelhantes, cujas práticas e contribuições eventualmente poderiam ser pertinentes incorporar no desenho da atividade.

Perante a proposta da PF Brasil, vários PFC manifestaram apoio à realização de uma reunião de concertação com as entidades nacionais competentes, bem como com os Pontos Focais de Cooperação.

6.4 Deliberação sobre Propostas de Atividade para inclusão no QBC

A XLII RPFC decidiu aprovar as seguintes propostas de atividade:

- “*Observatório Clima CPLP (OCC)*”, num montante total de 235.449,32€. Esta atividade será financiada com contribuições de Portugal (Ministério do Ambiente de Portugal) previamente depositadas no Fundo Especial da CPLP;

- “Apoio à constituição da *Rede de Reservas da Biosfera da UNESCO nos países da CPLP*”, num montante total de 299.810,4€. Esta atividade será financiada com contribuições de Portugal (Recursos a consignar) previamente depositadas no Fundo Especial da CPLP;
- Quanto à proposta de Atividade “*Plataforma ODSlocal*”, a XLII RPFC avaliou a pertinência da Atividade e deliberou encetar um processo de consulta com o proponente, que deverá envolver os PFC, as autoridades nacionais designadas para o acompanhamento dos processos de monitorização e reporte sobre os ODS e o SECPLP, favoravelmente em outubro de 2021, na segunda quinzena desse mês, regressando esta proposta de Atividade à apreciação dos PFC na RPFC de fevereiro de 2022.

7. Informações e outros assuntos

7.1 Programa de Apoio à Integração da Guiné Equatorial na CPLP 2021-2022 (PAIGE)

O DG fez um breve enquadramento do Programa e do ponto de situação sobre a implementação das atividades, notando que o contexto da pandemia havia condicionado a implementação de várias ações que estavam programadas para final do 1º semestre de 2021 e obrigado à sua recalendarização para o 2º semestre e, eventualmente, início de 2022. Fez ainda referência à questão do financiamento das atividades, observando que embora já existisse financiamento para algumas atividades, isso não era o caso para as demais. Nesse sentido, informou que os eixos II e IV já tinham financiamento garantido pelo Brasil, mas que os eixos I, III, V e VI, careciam ainda de financiamento, tendo detalhado os montantes em falta, conforme descrito no **Anexo 6**. O DC complementou a informação, indicando aos PFC que seria possível, caso assim entendessem, financiar atividades do PAIGE através dos recursos disponíveis no FE.

A PFC GE informou que o seu país estava a tentar encontrar recursos para poder apoiar a implementação destas atividades. Aditou que iria enviar informações adicionais para conhecimento dos restantes PFC. Recordou que quanto ao Eixo II – Acervo, existia um financiamento garantido pelo Brasil para apoiar a execução das atividades. Disse, ainda, corroborando a informação já prestada pelo DC, que questões relacionadas com a pandemia haviam forçado ao adiamento de várias ações calendarizadas para o segundo trimestre de 2021 e que as mesmas estariam a ser reprogramadas para o terceiro e quarto trimestre de 2021.

Foi apresentado um resumo sobre as atividades realizadas no quadro da execução do Programa do Desenvolvimento do Governo da Guiné Equatorial, para o Horizonte 2020-2035, com as atividades realizadas e em curso da sua realização em alguns dos eixos definidos como prioritários, em base ao cumprimento dos ODS.

A delegação do Brasil solicitou a prestação de informações sobre a implementação das atividades que já tinham financiamento garantido e manifestou disponibilidade para apoiar as atividades do eixo I, por via da Embaixada do Brasil em Malabo.

A PFC PT indicou que o Camões ICL mantinha a sua disponibilidade para apoiar o processo através da sua leitora no terreno, nomeadamente no quadro do apoio à licenciatura e formação de professores na Guiné-Equatorial.

A XLII RPFC decidiu solicitar ao SECPLP que apresentasse uma informação à RPFC sobre os eixos do PAIGE que ainda careciam de recursos para a sua implementação, bem como sobre o grau de execução das atividades/eixos para as/os quais foram já disponibilizados recursos, devendo a mesma ser remetida, até ao final da primeira quinzena de setembro de 2021, para deliberação eletrónica da RPFC sobre uma proposta de alocação de recursos livres a distintas atividades/eixos do PAIGE.

7.2 Plano de Ação da CPLP para o Combate ao Trabalho Infantil 2021-2025

O DC informou sobre a aprovação do “Plano de Ação 2021-2025 - Combate ao Trabalho Infantil nos Estados-Membros da CPLP” pela XIV Reunião de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP, realizada em março de 2021, notando que 2021 fora declarado “Ano Internacional de Luta contra o Trabalho Infantil” pela Organização das Nações Unidas.

Nesse sentido informou que o Secretariado Executivo vinha mantendo reuniões com caráter mensal com os Pontos Focais da CPLP para o Combate ao Trabalho Infantil tendo em vista a implementação do Plano de Ação. Destacou atividades já realizadas tais como:

- A produção e envio de cartazes alusivos ao Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil – 12 de junho;
- A produção de dois spots vídeo alusivos respetivamente ao dia 12 de junho e aos 10 anos de Campanhas Conjuntas OIT-CPLP para o Combate ao Trabalho Infantil;
- A realização de um debate televisivo, no dia 12 de junho, transmitido pela RTP África;
- A realização de uma Conferência Internacional sob o lema “O Combate ao Trabalho Infantil no contexto da Pandemia Covid-19”;
- Um conjunto de iniciativas realizadas a nível nacional (fóruns, palestras, ações de sensibilização, campanhas, debates, encontros, programas radiofónicos, entre outros) em vários EM da CPLP.

Por fim, indicou que se estaria a iniciar um trabalho em articulação com os PF TI para preparar uma proposta de Declaração Conjunta à V Conferência Global para Eliminação do Trabalho Infantil e do Trabalho Forçado.

7.3 III Reunião Ordinária do CONSAN-CPLP

O DC convidou os PFC a participar da **III Reunião Ordinária do CONSAN-CPLP**, que decorreria nos 2 dias seguintes, lembrando da importância que o tema da SAN, tem na agenda política da CPLP. Assim, fez notar que, fruto do trabalho e construção desenvolvidos desde a aprovação da ESAN-CPLP, a experiência CPLP começa a ser reconhecida internacionalmente, nomeadamente

pela sua estrutura de governança da SAN, tendo a Comunidade sido desafiada por responsáveis da organização da Cimeira Mundial de Sistemas Alimentares, que terá lugar em outubro de 2021, em Nova Iorque, a participar e partilhar a sua experiência. Referiu ainda que, com apoio financeiro de Portugal, foram acompanhados e/ou apoiados vários diálogos nacionais, tendo sido recolhidos os posicionamentos nacionais para a elaboração de uma declaração da CPLP à Cimeira Mundial sobre Sistemas Alimentares, que seria trabalhada em colaboração como Secretariado Técnico Permanente do CONSAN-CPLP.

7.4 Participação da CPLP na Cimeira de Sistemas Alimentares

Tendo sido já referida a participação da CPLP na Cimeira Mundial de Sistemas Alimentares, o DC reforçou a relevância da participação da CPLP nesse evento, o que se justifica pelo percurso desenvolvido pela CPLP desde 2011, com a aprovação da ESAN-CPLP e criação do CONSAN-CPLP que, sendo instrumentos considerados como relevantes e inovadores, devem continuar a ser apresentados internacionalmente como forma de gerar oportunidades para fortalecer alianças e coligações com distintos parceiros de desenvolvimento.

7.5 Participação da COP CQNUAC 26

O DC recordou a *Declaração da VIII Reunião de Ministros do Ambiente* que apela à coordenação da CPLP para uma visão de conjunto na temática das Alterações Climáticas, referindo ainda a Resolução que seria apresentada ao Conselho de Ministros de Luanda, sobre “*Emergência Climática na CPLP*”, demonstrativa da importância que o tema merece, na agenda da CPLP.

7.6 Agências Reguladoras do Ensino Superior dos Estados Membros da CPLP - estruturas, métodos de avaliação e intervenção

O DACLP explicou que, em cumprimento da Resolução sobre Garantia da Qualidade, Avaliação e Acreditação de Cursos de Educação Superior nos Países da CPLP, adotada em Santa Maria, em julho de 2018, na XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo e, sob coordenação da Presidência Cabo-Verdiana, os Estados Membros haviam designado os especialistas nacionais que constituíram o Grupo de Trabalho para partilha de informações e apresentação de propostas de ações de cooperação técnica com o objetivo de fomentar o fortalecimento dos sistemas nacionais de avaliação da qualidade e acreditação da educação superior nos Estados Membros. Aditou que este Grupo de Trabalho reunira duas vezes entre outubro de 2019 e dezembro de 2020.

Referiu também que a II Reunião das Agências Reguladoras do Ensino Superior dos Estados Membros (ARES), que decorreu em forma de conferência internacional sobre “Sistema de Garantia da Qualidade do Ensino Superior no Espaço da CPLP: pressupostos e estratégias de avaliação e regulamentação”, reiterou o conteúdo das propostas da I Reunião e apresentou recomendações adicionais, das quais o DACPLP destacou:

- Inscrever a Garantia da Qualidade, Regulação, Avaliação e Acreditação de Cursos de Ensino Superior como eixo do Plano Estratégico para o horizonte temporal 2021-2026;

- Estabelecer um quadro de referência e/ou objetivos mínimos comuns a atingir pelas ARES no horizonte 2030;
- Criação e dinamização de um mecanismo comunitário de vigilância multilateral;
- Desenvolver um estudo alargado ao nível do estado da arte dos procedimentos de regulação; dos sistemas de tecnologias de informação; dos normativos de procedimentos com vista ao reconhecimento de graus e diplomas; e mapeamento sistematização, partilha e análise de instrumentos, metodologias e indicadores de avaliação do ensino superior.

Por fim, informou que no I e II Encontros das ARES CPLP (em 2019 e em 2020), foi reiterada a recomendação de propor à IX Reunião dos Ministros da CT&ES da CPLP a inclusão do tema da avaliação e da regulação do ensino superior como eixo prioritário do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da CT&ES para o período de 2021 a 2026.

7.7 Relatório “Dinâmicas do Desenvolvimento em África - 2021” - Transformação digital e empregos de qualidade

A PFC PT usou da palavra para informar que o relatório “Dinâmicas do desenvolvimento em África” é o resultado de uma parceria entre Centro de Desenvolvimento da OCDE e a União Africana, sendo a sua periodicidade anual. Indicou que o documento versa, em cada edição, sobre um tema de especial relevo no domínio das políticas de desenvolvimento no continente africano.

Acrescentou que Portugal, reconhecendo a importância dos relatos sobre o desempenho económico, social e institucional do continente africano, das recomendações em matéria de políticas públicas e da partilha de boas práticas aí constantes - tanto para apoiar as suas relações bilaterais com os PALOP, como para os decisores políticos dos nossos países parceiros, académicos e investidores - vinha financiando a tradução do mesmo para a língua portuguesa desde a sua primeira edição, que teve lugar em 2018.

A terceira edição das “Dinâmicas do Desenvolvimento em África” analisa a forma como a transformação digital cria empregos de qualidade, contribui para a concretização da Agenda 2063 da União Africana e torna, assim, as economias africanas mais resilientes face à recessão mundial desencadeada pela pandemia da COVID 19.

Por fim, informou que a versão eletrónica está já disponível para consulta, desejando que a apresentação formal pudesse acontecer, em sede da CPLP, em formato híbrido, no Outono do corrente ano. Solicitou ainda o apoio do SECPLP para a concretização desta iniciativa.

A PFC MOÇ agradeceu a Portugal e referiu a sua expectativa para o lançamento deste relatório que, considerou, se iria revelar de grande relevância.

7.8 Guias Alimentares da CPLP

A PFC BR informou que recebera manifestação formal de adesão ao programa por parte da maioria dos Estados Membros. Acrescentou que estavam previstas para agosto de 2021 reuniões técnicas da

“Rede de Guias Alimentares da América Latina”, que seriam seguidas de uma oficina com os EM da CPLP para delineamento do futuro programa. Falou ainda sobre adoção de 100.000,00 Euro, oriundos dos recursos do Brasil depositados no Fundo Especial da CPLP, destinada ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) em Moçambique, para assistir às populações deslocadas em função da instabilidade política e social que se registava na Província de Cabo Delgado.

A PFC MOÇ agradeceu a contribuição do Brasil, notando que a mesma seria importante para aliviar as dificuldades das populações nessa província face ao terrorismo e ao défice financeiro.

7.9 Apresentação de iniciativas de cooperação relacionadas com o aprimoramento das metodologias para levantamento de estatísticas referente à cooperação jurídica internacional

O Representante do Brasil recordou que a demanda surgiu na reunião de Correspondentes Nacionais da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CMJPLOP), realizada em setembro de 2019. Indicou que nessa ocasião, se havia verificado uma grande dificuldade de alguns EM apresentarem estatísticas relacionadas com a cooperação jurídica, em especial dados relacionados com pedidos de assistência jurídica em matéria penal, civil, de extradição e transferência de pessoas condenadas. Afirmou que para atender à demanda em apreço, o Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil havia proposto, concomitantemente com as articulações estabelecidas com o Ministério da Justiça de Portugal (que detém a Secretaria Executiva da CMJPLOP) e o Ministério da Justiça de Cabo Verde, a realização de um *webinário*, ainda em 2021, sobre "a importância do levantamento de dados de cooperação jurídica internacional para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes", no qual representantes de cada EM da CPLP poderiam fazer uma exposição sobre o fluxo e a metodologia utilizada para obtenção dos dados de pedidos de cooperação jurídica em matéria penal e cível, bem como eventuais dificuldades enfrentadas, de forma a contribuir para a construção do futuro projeto de cooperação técnica.

7.10 Campanha “Menos álcool mais vida” (Cabo Verde)

O PFC CV informou sobre uma Campanha lançada em Cabo Verde subordinada ao tema “Menos álcool mais vida”. Disse que a mesma vinha sendo financiada há 3 anos, com resultados significativos e com base nessa experiência pretendia-se organizar um Fórum e convidar os Estados-Membros da CPLP para partilharem a sua experiência. Referiu que por conta da Pandemia causada pela doença SARS-COV2 não fora possível fazê-lo durante a Presidência de Cabo Verde da CPLP, mas indicou que seriam enviados convites assim que houvesse uma data, esperando que os Estados Membros pudessem participar. Por fim, informou que fora designado o dia 1 de julho, como dia para assinalar este tema e que vinham trabalhando com escolas e com municípios, de forma descentralizada.

7.11 Bienal de Luanda, 4 a 8 de outubro de 2021

O Embaixador Francisco da Cruz, representante de Angola na União Africana, apresentou o projeto **Bienal de Luanda** (2ª edição) pela *Promoção de uma Cultura de Paz em África*, a realizar em Luanda entre 4 e 8 de outubro de 2021 (**Anexo 7**).

O Coordenador recordou a participação de vários EM na anterior edição da Bienal, desejando a mesma adesão na edição de setembro.

8. Lançamento de obras produzidas no âmbito da LEGIS PALOP TL/PACED: “Guia para Investir no PALOP e Timor-Leste” e “Quadro Jurídico sobre o Branqueamento de Capitais, Combate à Corrupção e ao Tráfico de Droga”

A PFC PT recordou que a extensão a Timor-Leste da Legis-PALOP - base de dados jurídica que contém legislação, jurisprudência e doutrina de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe - se havia concretizado em 2018 com o apoio da União Europeia (no âmbito do 10.º Fundo Europeu para o Desenvolvimento) e do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., através do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (PACED), passando a designar-se Legis-PALOP+TL.

Nesse sentido, notou que a referida base de dados jurídica integrou, a partir de então, a legislação e jurisprudência publicadas em Timor-Leste nas duas últimas décadas, num total de mais de 3.500 de documentos legais.

Informou que esta atividade permitira também incluir o alargamento a Timor-Leste e a atualização temática das duas publicações da Legis-PALOP até então existentes: o «Quadro jurídico sobre o branqueamento de capitais, combate à corrupção e ao tráfico de droga nos PALOP», cuja 1.ª edição ocorreu em julho de 2015, com nova atualização em 2016; e o «Guia para investir nos PALOP», cuja 1.ª edição ocorreu em julho de 2013 e a 2.ª edição, em julho de 2016.

Por fim, acrescentou que, nos dois casos se havia privilegiado a edição online, através da disponibilização de cartões com o *QR Code* impresso, limitando-se a impressão em papel (muito embora com certificação verde) a um número muito reduzido de exemplares a distribuir simbolicamente pelas diferentes entidades parceiras. A PFC PT distribuiu ainda exemplares físicos pelas Delegações presentes na RPFC.

9. Preparação da Grelha de Deliberações

10. Aprovação da Grelha de Deliberações

O DC apresentou a Grelha de Deliberações, que foi debatida e aprovada pelos PFC (**Anexo 8**).

11. Encerramento dos Trabalhos

O Coordenador agradeceu a todos os contributos prestados que contribuíram para o sucesso da RPFC, em particular ao PFC CV por facilitar a transição da pasta.

O DG expressou satisfação pela forma como decorreram os trabalhos e apresentou os seus parabéns pelos esforços de todos, que contribuíram para que a reunião tivesse conseguido atingir os objetivos propostos. Destacou ainda a excelente coordenação dos trabalhos.

O DC notou a intensidade dos trabalhos da RPFC, dada a importância e densidade dos temas, que abordaram matérias específicas do desenvolvimento dos EM da CPLP. Sublinhou a apreciação de dois projetos de resolução sobre o Reforço do Enquadramento Estratégico da Cooperação, que iriam tornar mais eficazes e eficientes os procedimentos de cooperação da CPLP, em benefício dos EM e das suas populações. Explicou que seria durante esta Cimeira de Luanda que iriam entrar em vigor os novos instrumentos na área da cooperação e, por fim, comunicou ainda as deliberações sobre a aprovação das iniciativas: *Observatório do Clima da CPLP e Redes de Reservas da Biosfera da CPLP*, e reportou a apreciação feita pela RPFC do ponto de situação do PAIGE.

Não havendo nada mais a declarar, deu-se por encerrada a Reunião.

Lista de Anexos:

1. Lista de Participantes
2. Agenda da XLII RPFC – versão final
3. Grelha de Deliberações XLI RPFC
4. Relatório de Execução Financeira do Fundo Especial
5. Apresentação Professor João Guerra - Plataforma ODSlocal CPLP
6. PAIGE
7. Apresentação Bienal de Luanda (2^o edição) *Promoção de uma Cultura de Paz em África*
8. Grelha de Deliberações XLII RPFC

Anexo 1

XLII REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

12 e 13 de julho de 2021

Hotel InterContinental Luanda Miramar
- com participação por videoconferência -

LISTA DE PARTICIPANTES

• ANGOLA

- Oliveira Francisco Encoge, Embaixador, Ponto Focal de Cooperação e Diretor do Gabinete da CPLP/PALOP do Ministério das Relações Exteriores;
- Carlos Sardinha Dias, Embaixador, Diretor da Direção de Cooperação Internacional, Ministério das Relações Exteriores;
- Mário Augusto, Ministro-Conselheiro, Embaixada de Angola em Portugal;
- Carlos Daio, Chefe de Departamento da Direção de Cooperação Internacional, Ministério das Relações Exteriores;
- Elsa do Nascimento Bravo da Rosa, Primeira Secretária, Direção de Cooperação Internacional, Ministério das Relações Exteriores;
- Esperança Cunha, Segunda-Secretária, Embaixada de Angola em Portugal

• BRASIL

- Alessandra Ambrosio, Coordenadora-Geral de Cooperação Técnica com a CPLP da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e Ponto Focal de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores;
- Maria Kallás, Segunda-Secretária, Divisão de África II (DAF II), Ministério das Relações Exteriores;
- Alexandre Vieira Manhães Ferreira, Segundo-Secretário, Missão do Brasil junto à CPLP;
- João Marcelo Costa Melo, Segundo-Secretário, Missão do Brasil junto à CPLP;
- Zeli Rocha, Analista da Coordenação-Geral de Cooperação Técnica com a CPLP, ABC

• CABO VERDE

- António Alves Lopes, Ponto Focal de Cooperação, Ministério dos Negócios Estrangeiros das Comunidades;
- Sónia Martins, Conselheira da Embaixada de Cabo Verde em Portugal;
- Filomena Lopes, Embaixada de Cabo Verde em Portugal.

• GUINÉ-BISSAU

- Marcelo Pedro d'Almeida, Ponto Focal de Cooperação, Diretor Geral, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Cooperação Internacional e das Comunidades;
- Margarida Tavares, Embaixada da Guiné-Bissau em Portugal.

- **GUINÉ EQUATORIAL**
 - Cristina Mangué Abeso, Ponto Focal de Cooperação, Embaixadora no Ministério dos Negócios Estrangeiros;
 - Carlina Mba Pereira, Técnica Superior

- **MOÇAMBIQUE;**
 - Ilda Trigo Raivoso, Conselheira e Diretora adjunta da Direção para Organizações Internacionais e Conferências (DOIC);
 - Miguel Tungadza, Chefe de Departamento de Política Internacional;
 - Maria de Fátima Manso, Conselheira, Embaixada de Moçambique em Lisboa;
 - Nelson Rondinho, Segundo-Secretário DOIC.

- **PORTUGAL**
 - Ana Rita de Castro, Técnica Superior, Divisão de Assuntos Multilaterais, Camões-ICL, IP.
 - Rodrigo Subtil, Assessor de Cooperação, Embaixada de Portugal em Lunda

- **SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**
 - Esterline Género, Ponto Focal de Cooperação, Diretor do Gabinete da CPLP, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
 - Nilson Lima, Primeiro-Secretário, Embaixada de São Tomé e Príncipe em Lisboa;
 - Abigail Tiny Cosme, Terceira-Secretária, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

- **TIMOR-LESTE**
 - Aviano Faria, Ponto Focal de Cooperação, Diretor CPLP, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
 - Alfaro Júlio-Araújo, Segundo-Secretário, Missão de Timor-Leste junto da CPLP;
 - Andreia Pires, Missão de Timor-Leste junto da CPLP;

- **SECPLP**
 - Armindo Brito Fernandes, Diretor Geral do Secretariado Executivo da CPLP;
 - Manuel Clarote Lapão, Diretor da Cooperação;
 - Macsud Ismail, Diretor de Administração e Finanças;
 - João Ima-Panzo, Diretor de Ação Cultural e Língua Portuguesa;
 - Mário Mendão, Assessor Jurídico;
 - Clara Justino, Técnica da Direção de Cooperação;
 - Philip Baverstock, Técnico da Direção de Cooperação;

Anexo 2

XLII REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

12 e 13 de julho de 2021

Hotel InterContinental Luanda Miramar
- com participação por videoconferência -

AGENDA

- 1. Abertura**
- 2. Aprovação da Agenda de Trabalho e do Programa**
- 3. Reforço do Enquadramento Estratégico da Cooperação na CPLP**
 - 3.1 Análise do Projeto de Resolução sobre a “Revisão do Regimento do Fundo Especial da CPLP”
 - 3.2 Análise do Projeto de Resolução sobre o “Novo Enquadramento Estratégico da Cooperação da CPLP”
- 4. Partilha de informações pelos Estados-Membros sobre as Atividades em execução nos respetivos contextos**
 - 4.1 Atividades em contexto de Pandemia
 - 4.2 Progressos na implementação dos ODS nos Estados-Membros - relatórios apresentados
 - 4.3 Ponto de situação sobre a constituição de um Grupo de Trabalho para elaboração de um documento orientador sobre os mecanismos de cooperação em cenários de emergência
 - 4.4 Atualização da lista de contatos dos Pontos Focais Setoriais
- 5. Acompanhamento das Atividades em execução no âmbito do Fundo Especial da CPLP**
 - 5.1 Seguimento das deliberações da XLI RPFC
 - 5.2 Execução Financeira do Fundo Especial (junho 2021)
 - 5.3 Relatório das Atividades do Quadro Bienal de Cooperação 2020-2022 de saldos remanescentes de Atividades do Fundo Especial
 - 5.4 Apuramento de Saldos Remanescentes de Atividades do Fundo Especial

6. Propostas de Atividade para apreciação/deliberação

- 6.1 Atividades aprovadas com a categoria 4 na XXXVII RPFC (a aguardar alocação de recursos)
 - 6.1.1 Aquisição de Software para implementação da plataforma informática para a Criação de Rede de Arquivos Históricos da CPLP
- 6.2 Novas Propostas de Atividade
 - 6.2.1 Observatório Clima CPLP
 - 6.2.2 Apoio à constituição da Rede de Reservas da Biosfera da UNESCO nos países da CPLP
 - 6.2.3 Plataforma ODSlocal CPLP
- 6.3 Identificação de Recursos Livres do Fundo Especial e recursos aportados pelos EM para as propostas de Atividade
- 6.4 Deliberação sobre Propostas de Atividade para inclusão no QBC

7. Informações e outros assuntos

- 7.1 Programa de Apoio à Integração da Guiné Equatorial na CPLP 2021-2022 (PAIGE)
- 7.2 Plano de Ação da CPLP para o Combate ao Trabalho Infantil 2021-2025
- 7.3 III Reunião Ordinária do CONSAN-CPLP
- 7.4 Participação da CPLP na Cimeira de Sistemas Alimentares
- 7.5 Participação da COP CQNUAC 26
- 7.6 Agências Reguladoras do Ensino Superior dos Estados membros da CPLP - estruturas, métodos de avaliação e intervenção
- 7.7 Relatório “Dinâmicas do Desenvolvimento em Africa - 2021”. OCDE (Portugal)
- 7.8 “Guias Alimentares da CPLP”: estágio de elaboração do programa de cooperação (Brasil)
- 7.9 Apresentação de iniciativas de cooperação relacionadas com o aprimoramento das metodologias para levantamento de estatísticas referente à cooperação jurídica internacional (Brasil)
- 7.10 Campanha “Menos álcool mais vida” (Cabo Verde)
- 7.11 Bienal de Luanda, 4 a 8 de outubro de 2021 (Angola)

8. Lançamento de obras produzidas no âmbito da LEGIS PALOP TL/PACED: “Guia para Investir no PALOP e Timor-Leste” e “Quadro Jurídico sobre o Branqueamento de Capitais, Combate à Corrupção e ao Tráfico de Droga”

9. Preparação da Grelha de Deliberações

10. Aprovação da Grelha de Deliberações

11. Encerramento dos Trabalhos

Anexo 3

**XLI REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP**

Grelha de deliberações da XLII RPFC

12 e 13 de julho de 2021

Ponto da Agenda	Deliberações
<p>4.2. Progressos na implementação dos ODS nos Estados-Membros - relatórios apresentados</p>	<ul style="list-style-type: none"> As informações partilhadas pelos Pontos Focais de Cooperação da CPLP, nomeadamente sobre os relatórios nacionais de progresso sobre os ODS, devem ser partilhadas com o Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP), até ao final de julho de 2021, para serem incluídas como anexo no Relatório da XLII RPFC.
<p>4.3. Ponto de situação sobre a constituição de um Grupo de Trabalho para elaboração de um documento orientador sobre os mecanismos de cooperação em cenários de emergência</p>	<ul style="list-style-type: none"> A Coordenação da RPFC, em parceria com o SECPLP, irá propor, até ao final de setembro de 2021, uma data para realização de uma primeira reunião do Grupo de Trabalho; Na preparação dessa reunião, o SECPLP circulará um ponto de situação sobre as atividades que tenham sido realizadas pelos “mecanismos de cooperação em cenários de emergência” definidos no espaço de deliberação das Reuniões de Ministros da CPLP nos setores da Administração Interna, da Defesa e da Saúde.
<p>4.4 Atualização dos contactos dos Pontos Focais Sectoriais</p>	<ul style="list-style-type: none"> Os PFC deverão continuar a remeter periodicamente ao SECPLP as tabelas de contacto dos pontos focais setoriais nacionais devidamente atualizadas; Espera-se que novas informações ou atualizações sejam remetidas ao SECPLP até ao dia 15 de dezembro de 2021.
<p>5.4 Apuramento de saldos remanescentes de Atividades do Fundo Especial</p>	<ul style="list-style-type: none"> Foram apurados um total de 20.341,39€ em saldos remanescentes, que ficam disponíveis para financiamento de novas Atividades. Estas novas disponibilidades resultam do apuramento de saldos das seguintes Atividades já concluídas: <ul style="list-style-type: none"> o CIICLAA - PR83MN19 - 6.579,94€ o Portal Conexão Lusófona - Fase 3 - PR79LIS18 - 13.761,45€ Este montante será somado aos saldos remanescentes apurados pela XLI RPF, de abril de 2021, no valor de 45.464,82€; A XLII RPFC apurou assim um total de saldos remanescentes no valor de 65.806,21€.
<p>6.1.1 Aquisição de Software para implementação da plataforma informática para a Criação de Rede de Arquivos Históricos da CPLP</p>	<ul style="list-style-type: none"> O SECPLP irá analisar, conjuntamente com o Brasil, a possibilidade de utilização do software “Tainacanm”, ferramenta informática de livre acesso, com possibilidade de adaptação e modelação às necessidades da Atividade e da CPLP.

<p>6.4 Deliberação sobre Propostas de Atividade e inclusão no QBC</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A XLII RPFC decidiu aprovar as seguintes propostas de atividade: <ul style="list-style-type: none"> • “Observatório Clima CPLP (OCC)”, num montante total de 235.449,32€. Esta atividade será financiada com contribuições de Portugal (Ministério do Ambiente de Portugal) previamente depositadas no Fundo Especial da CPLP; • “Apoio à constituição da Rede de Reservas da Biosfera da UNESCO nos países da CPLP”, num montante total de 299.810,4€. Esta atividade será financiada com contribuições de Portugal (Recursos a consignar) previamente depositadas no Fundo Especial da CPLP; • O Brasil prosseguirá um processo interno de consultas visando a sua participação nestas atividades. • Quanto à proposta de Atividade “Plataforma ODSlocal”, a XLII RPFC avaliou a pertinência da Atividade e deliberou encetar um processo de consulta com o proponente, que deverá envolver os PFC, as autoridades nacionais designadas para o acompanhamento dos processos de monitorização e reporte sobre os ODS e o SECPLP; • Esta reunião deverá ser realizada na segunda quinzena de outubro de 2021, numa data a consensualizar entre as partes.
<p>7.1 Programa de Apoio à Integração da Guiné Equatorial na CPLP 2021-2022 (PAIGE)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A XLII RPFC solicitou ao SECPLP que apresente uma informação à RPFC sobre os eixos do PAIGE que ainda carecem de recursos para a sua implementação bem como sobre o grau de execução das atividades/eixos para as/os quais foram já disponibilizados recursos; • Esta informação deverá ser remetida pelo SECPLP aos PFC, até ao final de agosto de 2021, para deliberação eletrónica da RPFC sobre uma proposta de alocação de recursos livres a distintas atividades/eixos do PAIGE.

Grelha de deliberações da XLI RPFC

5 e 6 de abril de 2021

Ponto da Agenda	Deliberações
3.2 Regimento da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP	<ul style="list-style-type: none"> A RPFC aprovou o Regimento da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP.
3.3 Apreciação do Regimento do Fundo Especial da CPLP e documentos anexos	<ul style="list-style-type: none"> A RPFC validou e aprovou a nível técnico a revisão do Regimento do Fundo Especial da CPLP e respectivos anexos, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> Documento de Atividade Modelo de Relatório Técnico e Financeiro Modelo de Prestação de contas Minuta de Protocolo SECPLP-EE Modelo de Parecer do Secretariado Técnico da Reunião Ministerial O Regimento e respectivos anexos serão encaminhados para apreciação da XXVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP.
3.4 Apreciação do Manual de Cooperação da CPLP	<ul style="list-style-type: none"> A RPFC aprovou o Manual de Cooperação da CPLP.
3.5 Apreciação da Matriz de Análise de Atividades	<ul style="list-style-type: none"> A RPFC aprovou a Matriz de Análise de Atividades.
4.2 Documento orientador sobre os mecanismos de cooperação em cenários de emergência	<ul style="list-style-type: none"> A RPFC criou o grupo de trabalho com representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal, juntamente com o Secretariado Executivo da CPLP. Timor-Leste deverá confirmar o seu envolvimento até à primeira reunião do Grupo de Trabalho. A presidência cabo-verdiana da CPLP irá agendar e dinamizar a primeira reunião deste grupo.
4.3 Actualização dos contactos dos Pontos Focais Sectoriais	<ul style="list-style-type: none"> Os PFC deverão remeter a tabela de contactos atualizada até dia 15 de maio de 2021.
5.3 Quadro de Execução de Atividades no âmbito do Fundo Especial	<ul style="list-style-type: none"> A RPFC concordou com o prazo de 15 de maio de 2021 para que o Brasil consulte as estruturas internas e sobre os seguintes pontos: <ul style="list-style-type: none"> PR41/LB/11 – Confirmação da conclusão do projeto; PR49/LIS/12 e PR52/MAP/12 – Conclusão da revisão do projeto e encaminhamento para SECPLP, para conhecimento da RPFC; PR56/LIS/13 e AP06/LB/06 – Decisão sobre a alocação do saldo remanescente; A RPFC mandatou o SECPLP a contactar a entidade executora do PR79/LIS/18 (Conexão Lusófona) para informar sobre a interrupção do financiamento do projeto. A RPFC instruiu o SECPLP a contactar a entidade executora da H2014030 (Associação de Cooperação com a Guiné-Bissau), numa última tentativa de reportar à próxima RPFC sobre o avanço desta Atividade. A RPFC concordou com o cancelamento da AP48/LIS/18 (6ª Reunião

	do RINAPE) e com a disponibilização do saldo desta Atividade para financiamento de outras Atividades.
5.4 Apuramento de saldos remanescentes de Atividades do Fundo Especial	<ul style="list-style-type: none"> • Apura-se um total de 45.464,82€ em saldos remanescentes para financiamento de Atividades, provindos das seguintes Atividades concluídas: <ul style="list-style-type: none"> ○ PR76LIS17 – 1.362,58€ ○ PR77LIS17 – 1.399,51€ ○ PR78LIS18 – 4.334,05€ ○ PR81LIS19 – 17.290,34€ ○ AP42DIL15 – 240,82€ ○ AP47LIS18 – 1.257,75€ ○ AP48LIS18 – 15.900,00€ ○ POLDIP003 – 3.679,77€
6.1.1 Aquisição de Software para implementação da plataforma informática para a Criação de Rede de Arquivos Históricos da CPLP	<ul style="list-style-type: none"> • A RPFC concordou com a proposta do SECPLP de se efectuar a revisão do orçamento desta Atividade (AP52/SAL/18), para que possa ser apresentada à XLII RPFC, prevista para julho, em Luanda. • Deverá ser considerada a possibilidade do projecto ser financiado por fundos internos do SECPLP.
6.4 Deliberação sobre Propostas de Atividade e inclusão no QBC	<ul style="list-style-type: none"> • A RPFC decidiu não aprovar as Atividades propostas a deliberação, por ter sido identificado, por vários Estados-Membros, a necessidade de confirmação da concordância das áreas sectoriais. • As Atividades serão levadas à deliberação da XLII RPFC.



FUNDO ESPECIAL DA CPLP

I SEMESTRE DE 2021

SÍNTESE DO MOVIMENTO DE JANEIRO A JUNHO

Total de Recursos Disponíveis (final de junho)	€ 5 673 720,71
Variação dos Recursos (incremento)	€ 858 916,01
Total de Contribuições Recebidas	€ 1 174 514,35
Total de Recursos Executados (desembolsados)	€ 250 598,34
Grau de Execução Financeira Global	5,2%
Número de Atividades com Recursos Disponíveis	48
Número de Atividades que Implicaram Execução Financeira	9
Número de Atividades que Não Registaram Execução Financeira	35

QUADROS ANEXOS:

1. QUADRO RESUMO (POR GRUPOS SETORIAIS)
2. LISTAGEM DAS CONTRIBUIÇÕES
3. LISTAGEM DE ATIVIDADES COM EXECUÇÃO FINANCEIRA
4. LISTAGEM DE ATIVIDADES SEM EXECUÇÃO FINANCEIRA
5. RECURSOS LIVRES
6. QUADRO GERAL DE EXECUÇÃO

Quadro 1**FUNDO ESPECIAL - QUADRO RESUMO (POR GRUPOS SETORIAIS)**

ATIVIDADES	SALDO EM 01/01/2021	MOVIMENTO JANEIRO A JUNHO			R. DISPONÍVEIS	
		REAFETAÇÕES	CONTRIBUIÇÕES	EXECUÇÃO	R. LIVRES	30/06/2021
A. Atividades de Cooperação da CPLP	2 910 369,34	- 42 415,05	1 000 000,00	18 797,46	50 000,00	3 799 156,83
B. Outras Atividades de Cooperação	92 695,26	25 685,62	-	118 380,88	-	0,00
C. Atividades Político-Diplomáticas	53 455,76	-	-	-	-	53 455,76
D. Recursos Reserva Consignação Futura	1 724 022,84	- 29 365,39	150 000,00	113 420,00	15 000,00	1 716 237,45
E. Reserva de Recursos Livres	17 296,57	46 094,82	24 514,35	-	-	87 905,74
F. Campanha Juntos Contra Fome	-	-	-	-	-	-
G. Identificação e Monitorização	16 964,93	-	-	-	-	16 964,93
TOTAL	4 814 804,70	0,00	1 174 514,35	250 598,34	65 000,00	5 673 720,71

Quadro 2

FUNDO ESPECIAL - LISTAGEM DAS CONTRIBUIÇÕES (JAN-JUN 2021)

ATIVIDADES	CÓDIGO	EUROS
A ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO DA CPLP:		
A3 Cultura		
Programa CPLP Audiovisual 3	J201701	1 000 000,00
D RECURSOS COM RESERVA DE CONSIGNAÇÃO FUTURA:		
Contribuições de Portugal	CONSIG004	150 000,00
E RESERVA DE RECURSOS LIVRES:		
Receita de Limites de Consignação		24 484,70
Juros Vencidos - ano em curso		29,65
TOTAL		1 174 514,35

Quadro 3**FUNDO ESPECIAL - LISTAGEM DE ATIVIDADES COM EXECUÇÃO FINANCEIRA (JAN-JUN 2021)**

ATIVIDADES	CÓDIGO	EXECUTADO (€)
A1 Ambiente:		
CIICLAA - Centro Internacional de Investigação Climática e Aplicações - CPLP e África	PR83MN19	1 830,89
Alterações Climáticas	COOPPT020	10 600,00
A2 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior:		
Redes de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES)	PR52MAP12	42,40
A3 Cultura:		
Portal da Cultura da CPLP	PR82SAL18	2 712,54
A10 Segurança Alimentar e Nutricional:		
Projeto AKKV (MOZ): Desenv. Boas Práticas Agro-Ecológicas e Ed.Nutricional Zandamela	H2014027	3 611,63
B Outras Atividades de Cooperação:		
Apoio a Situação de Emergência pelo Ciclone Idai - Moçambique	POLDIP012	89 015,49
Criação do Espaço CPLP em Moçambique	POLDIP013	29 365,39
D Reserva de Consignação Futura:		
Contribuições do Brasil	CONSIG002	106 000,00
Contribuições da República Checa	CONSIG010	7 420,00
TOTAL		250 598,34

Quadro 4 - FUNDO ESPECIAL - LISTAGEM DE ATIVIDADES SEM EXECUÇÃO FINANCEIRA EM 2021 (JAN-JUN)

ATIVIDADES	ATIVIDADES	CÓDIGO	R. DISPONÍVEIS	ÚLTIMA UTILIZAÇÃO
Ambiente	Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países de Língua Portuguesa	PR57LIS13	336 471,36	07/2020
	VI Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de L.P.	AP54LIS20	29 069,44	07/2020
	Ambiente - Contribuições do Ministério do Ambiente	COOPPT001	8 522,08	09/2019
	Contribuições do Instituto da Água (organismo português)	COOPPT007	9 109,52	03/2018
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP	PR66DIL15	8 317,93	12/2020
	Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP	PR69DIL15	64 271,13	09/2019
	TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa	PR71DIL15	48 975,08	01/2020
Cultura	Relançamento do INEP	PR70DIL15	3 765,12	03/2019
	II Feira do Livro da CPLP	I2016002	22 062,13	12/2015
	Capital da Cultura da CPLP	I2016003	25 979,99	12/2015
Direitos Humanos e Boa Governação	Projeto Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP	PR56LIS13	26 806,82	04/2020
	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP - Fase 8	PR75BRS16	33 973,14	04/2020
	Programa Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais PALOP 2019-2022 INE	PR80LIS19	534 725,61	10/2020
	Programa Capacitação Laboratórios Engenharia p/ Apoio à Boa Governação e C. Sust.	PR84LIS20	91 093,07	02/2020
Educação	Oficina Capacitação p/ Boas Práticas Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	AP53SAL18	24 835,80	12/2019
Juventude e Desportos	Projeto Capoeira: Formação Técnico-Profissional e Cidadania	PR49LIS12	176 372,94	08/2018
	Portal Conexão Lusófona - Fase 3	PR79LIS18	13 761,45	02/2019
Segurança Alimentar e Nutricional	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP - CONSAN	H201401	77 568,42	10/2019
	Diretrizes de Apoio à Agricultura Familiar	H201603	13 952,18	05/2018
	Projeto PLATONG (CV): Técnicas Produção, Transf. e Conservação Produtos Agro-Pec.	H2014028	3 688,80	08/2020
	Projeto COAJQQ (GB): Apoio a Jovens Agricultores Cacheu	H2014029	3 207,43	11/2020
	Projeto ACGB (GB): No Nutrison, No Vida	H2014030	37 097,88	02/2020
Turismo	PECTUR – Plano Estratégico de Cooperação em Turismo da CPLP	COOPPT021	99 689,91	12/2020
Mares	Portal dos Mares	COOPTL002	1 568,48	11/2019
Trabalho e Assuntos Sociais	Apoio ao Desenvolvimento da Produção Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fase 3	PR41LB11	56 158,87	09/2020
Atividades Político-Diplomáticas	Apoio à Realização Curso Formação Diplomatas Países em Desenv. da CPLP - IRB	COOPBR014	21 170,89	12/2020
	Apoio à Instalação, Manutenção e Estruturação da Embaixada Guiné-Bissau em Brasília	COOPBR018	4 123,38	03/2015
	Apoio ao Processo Eleitoral na Republica da Guiné-Bissau	COOPBR026	674,43	03/2019
	Curso de Português para Diplomatas Africanos	COOPBR030	20 441,47	09/2019
	Estágio de Diplomatas dos Estados Membros	COOPBR031	5 765,64	07/2020
	Comemoração do Dia Mundial da Língua Portuguesa	COOPPT022	1 279,95	04/2020
	Contribuições de Angola	CONSIG001	538,35	03/2018
Reserva de Consignação Futura	Contribuições da República Eslovaca	CONSIG011	5 000,00	12/2017
	Cooperação CPLP/Guiné-Bissau: Fundo Aprovado 97ª Reunião Extraordinária do CCP	POLDIP010	423 788,96	01/2017
Identificação & Monitorização	Avaliação e Monitorização de Projetos	IMO003MON	16 964,93	05/2017
			2 250 792,57	

Quadro 5

FUNDO ESPECIAL - RECURSOS LIVRES (30/06/2021)

FONTE	EUROS
Receita de Limites de Consignação	39 778,07
Juros Vencidos - anos anteriores	2 003,20
Juros Vencidos - ano corrente	29,65
Recursos Livres - Deliberação da última RPFC	46 094,82
TOTAL	87 905,74

ATIVIDADES	CÓDIGO	R. DISPONÍVEIS em 01/01/21	REAFE- TAÇÕES	CONTRIBUIÇÕES (JAN-JUN)				EXECUÇÃO (JAN-JUN)				R. DISPONÍVEIS em 30/06/21	
				TOTAL	ISENTAS R.C.	CONSIGNADAS	LIVRES	DESPESA	ADIANTAM.	TAXA ADM.	TOTAL		
(sem atividades)				-								-	-
A15 Finanças		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(sem atividades)				-								-	-
A16 Justiça		-	-	-	-	-	-	40 000,00	- 40 000,00	-	-	-	-
Base de Dados Jurídica da CPLP (Legis) - Fase 4	PR53 MAP12	-	-	-	-	-	-	40 000,00	- 40 000,00	-	-	-	-
A17 Mares		1 568,48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 568,48
Portal dos Mares	COOPTL002	1 568,48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 568,48
A18 Migrações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(sem atividades)				-								-	-
A19 Sociedade Civil		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(sem atividades)				-								-	-
A20 Trabalho e Assuntos Sociais		56 399,69	- 240,82	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56 158,87
Apoio ao Desenvolvimento da Produção Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fase 3	PR41LB11	56 158,87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56 158,87
2016 - Ano CPLP Contra o Trabalho Infantil	AP42DIL15	240,82	- 240,82	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
B OUTRAS ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO		92 695,26	25 685,62	-	-	-	-	27 703,20	89 015,49	1 662,19	118 380,88	-	0,00
Estudos Comparados da Legislação dos Países da CPLP s/ Direitos de Autor	I2016001	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Novas Instalações do Secretariado Executivo	POLDIP003	3 679,77	- 3 679,77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Apoio a Situação de Emergência pelo Ciclone Idai - Moçambique	POLDIP012	89 015,49	-	-	-	-	-	-	89 015,49	-	89 015,49	-	0,00
Criação do Espaço CPLP em Moçambique	POLDIP013	-	29 365,39	-	-	-	-	27 703,20	-	1 662,19	29 365,39	-	-
C ATIVIDADES POLITICO-DIPLOMÁTICAS		53 455,76	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53 455,76
Apoio à Realização Curso Formação Diplomatas Países em Desenv. da CPLP - IRB	COOPBR014	21 170,89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21 170,89
Apoio à Instalação, Manutenção e Estruturação da Embaixada Guiné-Bissau em Brasília	COOPBR018	4 123,38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4 123,38
Apoio ao Processo Eleitoral na República da Guiné-Bissau	COOPBR026	674,43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	674,43
Curso de Português para Diplomatas Africanos	COOPBR030	20 441,47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20 441,47
Estágio de Diplomatas dos Estados Membros	COOPBR031	5 765,64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5 765,64
Comemoração do Dia Mundial da Língua Portuguesa	COOPPT022	1 279,95	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 279,95
D RECURSOS COM RESERVA DE CONSIGNAÇÃO FUTURA		1 724 022,84	- 29 365,39	150 000,00	-	135 000,00	15 000,00	107 000,00	-	6 420,00	113 420,00	-	1 716 237,45
Contribuições de Angola	CONSIG001	538,35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	538,35
Contribuições do Brasil	CONSIG002	810 478,83	- 29 365,39	-	-	-	-	100 000,00	-	6 000,00	106 000,00	-	675 113,44



Reunião de Pontos Focais de Cooperação da CPLP

CPLP

Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa



Plataforma ODSlocal CPLP

PLATAFORMA COLABORATIVA PARA A AGENDA 2030
NA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

João Guerra

Joao.Guerra@ics.ulisboa.pt

Luanda, 13 de julho de 2021

U LISBOA | UNIVERSIDADE
DE LISBOA



INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Agenda 2030, Nações Unidas, 2015

Pessoas

Planeta

Prosperidade

Paz

Parcerias



Agenda
2030,
Nações
Unidas, 2015

*“As **idades e os municípios**
são os palcos onde a batalha pelo
desenvolvimento sustentável
será ganha ou perdida”
(UN, 2015)*



SG AAC
MAAC



<https://youtu.be/IYhEe8F-7Z0>

ODSlocal - Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Centro de Pesquisa
em Políticas Públicas
e Governação Local
(CPPPGL)



Estratégia de ação em três etapas

CAPACITAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE PARTICIPATIVA

Formação e capacitação de parceiros nacionais e beneficiários diretos do projeto.

IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E ENVOLVIMENTO

Recolha, construção e disponibilização de informação no Portal ODSlocal CPLP com áreas dedicadas a cada país (*e.g.*,

Implementação de “laboratórios de sustentabilidade” nas áreas-piloto a selecionar em conjunto com as equipas

Modelo de governança inclusivo e participativo.

AUTONOMIZAÇÃO E PREPARAÇÃO DO FUTURO

Promover o uso autónomo e adaptado às necessidades locais de metodologias e técnicas participativas

Criação da “Rede CPLP Sustentabilidade em Parceria” e integração noutras redes já existentes

Preparar um futuro autónomo e propositivo

A partir do
nível local a
Plataforma
ODSlocal CPLP
propõe-se

- *promover a sustentabilidade local;*
- *contribuir para as respostas nacionais ao repto da Agenda 2030,*
- *concorrer para alcançar as metas propostas*
- *produzir os dados objetivos para os Relatórios Nacionais Voluntários.*

PONTO DE SITUAÇÃO DO
PROGRAMA DE APOIO À INTEGRAÇÃO DA GUINÉ-EQUATORIAL NA
CPLP (2021-2022)

Eixo I - Promoção da Língua Portuguesa

Atividade 1.1 - Seminário para apresentação das linhas mestras para a elaboração de um Plano Estratégico para inserção da língua portuguesa no sistema de ensino da Guiné Equatorial.

A execução desta atividade do PAIGE estava prevista para ser realizada no mês de junho de 2021. O Secretariado Executivo recorda que, em conformidade com a NV/403/GSE/CPLP/21, de 4 do corrente, esta atividade foi aprovada no pretérito dia 14, através do procedimento do silêncio, mas até à data presente, não se registou nenhuma manifestação de disponibilidade de aporte financeiro por parte dos Estados-Membros para a sua implementação, pelo que se recomenda o seu reagendamento para uma data a definir oportunamente.

Eixo II - Acervo

Atividade 2.2 Reforçar a capacidade técnica da Guiné Equatorial para promoção de processos de adesão a instrumentos internacionais da CPLP, bem como aumentar o conhecimento do funcionamento da Organização pelos seus representantes nos diversos fora;

Atividade 2.2 - Ação de capacitação destinada a Técnicos dos serviços jurídicos dos órgãos de soberania, os pontos focais dos ministérios e os representantes equato-guineenses em diferentes “fora” da CPLP.

O Secretariado Executivo recorda que, em conformidade com a NV/329, esta atividade foi aprovada no pretérito dia 10 de maio, através do procedimento do silêncio.

A execução desta atividade estava prevista para ter lugar na semana de 21 a 25 de junho de 2021, mas tal revelou-se impossível. Num primeiro momento, o Secretariado Executivo foi confrontado com sucessivos cancelamentos de voos onde havia garantido lugar para os técnicos que se deslocariam à Guiné Equatorial para a respetiva implementação e, num segundo momento, foi a



impossibilidade de obtenção, em tempo útil, de vistos para trânsito no Gana, que ditou o adiamento.

Projetando o eventual reagendamento, apresenta-se como próximo calendário possível, à consideração das autoridades equato-guineenses, a semana de 20 a 24 de setembro de 2021, sem prejuízo de agendamento para o 4.º trimestre de 2021, caso tal seja entendido como oportuno.

Eixo III - Património Cultural

Atividade 3.1 - Recolher, compilar e divulgar informação sobre a legislação vigente relativa ao Património Cultural e às Convenções internacionais ratificadas pela Guiné Equatorial, incluindo sobre os temas de roubo e tráfico ilícito de bens culturais;

Atividade 3.2 - Sistematizar e divulgar os bens classificados como Património Cultural e Natural e de origem dos Estados membros da CPLP existentes na Guiné Equatorial.

A República da Guiné Equatorial desenvolveu contatos com o Instituto do Património (IP) de Cabo Verde para a realização de ações de capacitação no âmbito deste Eixo, no período de 21 a 25 de junho de 2021.

Não obstante o fato do Secretariado Executivo ter disponibilizado, a título excepcional, fundos próprios para a realização das ações de formação previstas, não foi possível a sua concretização por dificuldades de natureza administrativa e de indisponibilidade de voos para a Guiné Equatorial.

O Secretariado Executivo foi informado que o IP de Cabo Verde propôs às autoridades da Guiné Equatorial o reagendamento das ações de formação para o próximo mês de julho.

Eixo IV - Comunicação Social

Atividade 4.2.1 - Ciclo de palestras sobre a CPLP no meio académico e escolar da Guiné Equatorial dirigido a universidades, escolas, professores e alunos.

No âmbito da preparação do projeto, apesar da concordância deste Secretariado Executivo com a execução da atividade no período entre 21 e 26 de junho de 2021, constatou-se a complexidade da adequação de conteúdos aos público-alvo identificados e a dificuldade em finalizar o projeto para execução no prazo fixado. Num contexto de alguma incerteza, derivada à situação pandémica, sugere-se a calendarização desta para o 4.º trimestre de 2021, de preferência, concomitantemente com outras atividades do PAIGE, para obtenção de sinergias em comunicação.



Eixo V - Sociedade Civil

Atividade 5.1.1- A inventariação das principais organizações da Sociedade Civil da Guiné Equatorial: ONG, Associações, Fundações, e outras organizações do terceiro sector.

Esta atividade poder ser dada como concluída, considerando a informação transmitida a 28 de abril, pela Missão Permanente da Guiné-Equatorial junto da CPLP, que fez chegar ao SECPLP uma lista que compreende o “Registo Nacional de Associações” da Guiné Equatorial.

Atividade 5.1.2 – Ação de capacitação para a sociedade civil equato-guineense, cujo conteúdo programático foi definido entre o Secretariado e os parceiros que confirmaram o seu interesse em participar neste processo – Plataforma das ONG’s de Cabo Verde (PLATONG) e Federação de Organizações Não Governamentais em São Tomé e Príncipe (FONG-STP).

O documento de proposta de atividade já foi circulado aos Estados-Membros para deliberação da 243ª Reunião do Comité de Concertação Permanente da CPLP, a ter lugar em 30 de junho de 2021.

A concretização desta ação de formação do PAIGE está sujeita, à semelhança de outras atividades, da confirmação prévia, por parte do Secretariado Executivo, de que estão reunidas todas as condições financeiras para o efeito, seja por via da dotação do Fundo Especial com os recursos necessários, seja através da disponibilização de contribuições diretas de EM e/ou outros parceiros, e por parte da Guiné Equatorial, de que estão reunidas todas as condições logísticas internas.

Caso não se verifiquem constrangimentos de cariz logístico e financeiro, a implementação desta atividade poderá ocorrer ao longo do 3.º trimestre de 2021, em data concreta a acordar com as autoridades equato-guineenses. Caso não se afigure possível ultrapassar as dificuldades associadas a restrições de cariz sanitário, que impossibilitem o adequado tratamento logístico da atividade, será feito um replaneamento da atividade, prevendo-se a sua realização no 4.º trimestre de 2021, requerendo a identificação e mobilização de 8.990,22€.

Eixo VI - Direitos Humanos

As propostas de documento de atividade respeitantes as ações deste Eixo foram circuladas a 24 de maio, reiterando a solicitação de confirmação de financiamento para a sua execução. As atividades propostas foram aprovadas por procedimento de silêncio no dia 7 de junho de 2021.

Atividade 6.1.1 - Ação de capacitação da Comissão Nacional dos Direitos Humanos - inclui a realização das seguintes formações:



1. “Sistema Internacional de proteção dos direitos humanos”, organizada pela CNDH de Portugal, em parceria com o Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Como previsto, a formação realizou-se, em formato virtual, no dia 15 de junho de 2021, contando com a presença de vários formandos da Guiné Equatorial.
2. “Mecanismos nacionais sobre a implementação, reporte e segmento: a experiência do CNDH de Portugal”, a realizar-se em julho de 2021, em formato digital, em data exata a ser confirmada pela CNDH de Portugal.
3. “Técnicas de redação para elaboração de relatórios internacionais na área dos direitos humanos”, a realizar-se em 22 de setembro de 2021, também em formato digital.

Findas estas atividades em formato de videoconferência, prevê-se a concretização de atividades a realizar em formato presencial, com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Estas atividades de terreno estão ainda em processo de identificação e não se prevê o seu arranque antes do 4.º trimestre de 2021.

Para a concretização deste trabalho de campo com o ACNUDH, haverá a necessidade de se mobilizar 10.986,96€.

Atividade 6.1.2. - Ação de capacitação sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Profissionais do Sistema de Justiça Penal - pese embora os melhores esforços desenvolvidos pelos competentes serviços deste Secretariado para garantir a realização das atividades acima no período compreendido entre 21 e 26 de junho, diligências essas plenamente correspondidas e acompanhadas pelos parceiros que aceitaram prestar a sua colaboração à CPLP, o Secretariado Executivo foi-se deparando com constrangimentos externos à sua vontade que, na atual conjuntura, se revelaram intransponíveis e comprometeram o planeamento desenhado.

Com efeito, o atual cenário de crise sanitária impacta, de forma muito severa, na disponibilidade de voos, obrigando à identificação de rotas alternativas que são canceladas sem aviso prévio ou, quando disponíveis, implicam diferentes procedimentos de entrada e saída em conformidade com as regras sanitárias em vigor nos respetivos países e por vezes, a necessidade de obtenção de vistos. Esta situação é ainda agravada pelos encargos inoportáveis da quase totalidade dessas rotas e pelo facto de as atividades em apreço serem executadas por peritos de diferentes nacionalidades e com locais de saída distintos.

Considerando que as principais variáveis deste planeamento estão fora do controlo da CPLP, atentos os riscos associados a um cenário com diferentes imprevistos e reconhecendo que a tipologia destas atividades é merecedora de



um enquadramento adequado que, de momento, não é possível assegurar, propõe-se um adiamento no calendário desta missão

6.2.1 – Campanha de sensibilização na área de direitos humanos, destinadas ao público em geral, em parceria com estruturas da sociedade civil da CPLP, atividade que se espera iniciar no último trimestre de 2021;

Esta atividade irá necessitar da identificação de 20.493,48€.

Registando com preocupação os constrangimentos relatados e como forma de dar seguimento à concretização das três atividades do Eixo VI, avança-se com a proposta de realização dessas iniciativas no quadro de uma missão única, a concretizar num período concentrado de 8/10 dias, eventualmente em outubro de 2021, em data concreta a acordar com as autoridades da Guiné Equatorial.

21 de junho de 2021

**IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO FÓRUM PAN-AFRICANO PARA A CULTURA
DE PAZ EM ÁFRICA - BIENAL DE LUANDA**

**XXVI Reunião da Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da XIII Conferência de
Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa
(CPLP)**

**16 de Julho de 2021
Luanda - ANGOLA**

**Sua Excelência Tété António, Ministro das Relações Exteriores da República de
Angola e Presidente em exercício do Conselho de Ministros da CPLP,
Excelências Senhores Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores
dos Estados Membros da CPLP,
Sua Excelência Francisco Ribeiro Telles, Secretário Executivo da CPLP,
Distintos Membros das Delegações e do Secretariado da CPLP,
Ilustres Convidados,
Minhas Senhoras, Meus Senhores,**

Respeitados todos os procedimentos protocolares e com a devida autorização de Sua Excelência o Presidente da Mesa, permitam-nos começar por agradecer a oportunidade que nos é concedida nesta XXVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) para fazer uma intervenção sobre a *“Importância Estratégica do Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz em África - Bienal de Luanda”*, cuja segunda edição terá lugar de 4 a 8 de Outubro deste ano, no âmbito das iniciativas diplomáticas do Governo Angolano para a prevenção, gestão e resolução de conflitos regionais e dos esforços da União Africana (UA) na procura de *“soluções africanas para os problemas africanos”*.

Excelências,

Vivemos num mundo cada vez mais globalizado, de desafios interdependentes entre nações e povos, no qual os esforços diplomáticos para a preservação da paz e da estabilidade dentro do espírito do multilateralismo nunca foram tão prementes e relevantes para o futuro da humanidade.

Embora o conflito seja uma das forças motrizes da mudança social e um elemento essencial na evolução das relações humanas, a sua gestão requer compromissos nacionais cada vez mais cuidadosos e inclusivos, especialmente neste ambiente

internacional de grandes desafios por causa da pandemia da COVID-19 e de ameaças decorrentes do terrorismo, da violência extrema e de crimes transnacionais, entre outros.

Enquanto no passado a estabilidade política era garantida pelo recurso à ameaça da força militar, no presente ela é alcançada por meio de sistemas democráticos nos quais o conflito é gerido através de uma combinação de participação, diálogo, mediação e compromisso, na busca de soluções políticas nas quais todas as partes concernentes podem e devem sentir-se incluídas.

A experiência tem demonstrado, especialmente no contexto africano, que a preservação da paz não depende apenas da assinatura de acordos políticos, económicos ou militares, mas, sobretudo, do engajamento activo, profundo e patriótico dos cidadãos de um país, unidos na sua diversidade social, religiosa ou partidária em defesa do Bem Comum.

A cultura de paz, este conjunto de valores, atitudes e comportamentos que refletem o respeito à vida, ao ser humano e à sua dignidade e deve ser disseminado e praticado por todos e cada um, coloca os direitos humanos na vanguarda, condena a violência em todas as suas formas e promove a adesão aos princípios de liberdade, justiça, solidariedade e tolerância.

Como um país que viveu décadas de violência e divisões antes de alcançar a unidade e estabilidade nacional em 2002, Angola defende a paz como um processo abrangente e dinâmico que requer relações não violentas quer entre os Estados e / ou entre eles e os seus cidadãos, quer entre indivíduos, grupos sociais e entre os seres humanos e o seu meio ambiente. Desta forma, no âmbito da sua estratégia diplomática de prevenção, gestão e resolução de conflitos, Angola decidiu organizar I Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz - Bienal de Luanda, na capital angolana, de 18 a 22 de Setembro de 2019, em parceria com a UA e a UNESCO. Este compromisso está em consonância com a Carta Africana sobre Democracia, as Eleições e a Governação que estabelece no seu Artigo 12º que *“Os Estados partes comprometem-se em implementar programas e levarem a cabo actividades visando promover os princípios e práticas democráticas e consolidar a cultura democrática e de paz”*.

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

A 24ª Sessão da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UA adoptou a Decisão 558/XXIV, em Janeiro de 2015, que solicitou à Comissão para *“tomar todas*

as medidas adequadas, em consulta com a UNESCO e o Governo da República de Angola, para a organização do Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz em África - Bienal de Luanda”, em linha com o Plano de Acção para uma Cultura de Paz em África, aprovado em Luanda, em 2013 Angola, no Fórum Pan-Africano sobre “Fontes e Recursos para uma Cultura de Paz”.

Neste contexto, o Governo Angolano e a UNESCO acordaram a 18 de Dezembro de 2018 realizar o I Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz em África - Bienal de Luanda, em Setembro de 2019, com o objectivo de fortalecer o movimento Pan-Africano para uma cultura de paz e de não-violência, por meio do estabelecimento de uma parceria multilateral entre governos, sociedade civil, comunidade artística e científica, sector privado e organizações internacionais.

Esta primeira edição da Bienal de Luanda, que decorreu de 18 a 22 de Setembro de 2019, baseou-se em três eixos principais:

- a. Fórum de Parceiros – Uma aliança para África;
- b. Fóruns Temáticos: Fórum de Ideias, Fórum dos Jovens e Fórum das Mulheres;
- c. Festival das Culturas.

Além do anfitrião, Sua Excelência João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente da República de Angola, na Cerimónia de Abertura estiveram também presentes Sua Excelência Ibrahim Boubacar Keita, então Presidente da República do Mali e Campeão da União Africana para a Cultura, Sua Excelência Hage Geingob, Presidente da República da Namíbia, Sua Excelência Moussa Faki Mahamat, Presidente da Comissão da União Africana, a Exma. Senhora Audrey Azoulay, Directora-Geral da Unesco, e o Exmo. Senhor Denis Mukwegi, Prémio Nobel da Paz 2018.

Mais de sessenta países participaram da Bienal de Luanda, tendo Cabo Verde, República Democrática do Congo, Djibouti, Egipto, Etiópia, Guiné Equatorial, Mali, Marrocos, Namíbia, República do Congo, Ruanda e Portugal sido representados por delegações oficiais, incluindo membros do governo. Responsáveis de organizações regionais internacionais, tais como a UA e as Nações Unidas, personalidades do mundo da música, do desporto, das artes, bem como do sector privado, também marcaram presença nas várias actividades da Bienal de Luanda, que durante cinco dias reuniu quase três mil pessoas, entre delegados e participantes.

No seu discurso de abertura, Sua Excelência João Manuel Gonçalves Lourenço Presidente da República de Angola, regozijou-se pela estreita colaboração entre o Governo Angolano e a União Africana e a UNESCO.

- Considerou que enquanto espaço privilegiado de promoção da diversidade cultural e da unidade africana, a Bienal de Luanda constitui uma plataforma única para governos, sociedade civil, comunidade artística e científica, sector privado e organizações internacionais discutirem e definirem estratégias para a prevenção da violência e do conflito com vista à construção de uma paz duradoura.
- Como resultado desta dinâmica inclusiva, encorajou a participação de jovens de Angola, de África e da diáspora como garantia do surgimento de uma força, através do intercâmbio de ideias inovadoras, para a resolução dos problemas socioeconómicos com que se confronta África.

A I Edição da Bienal de Luanda representou uma importante contribuição para a promoção de uma cultura da paz em África conducente ao reforço da unidade nacional dos Estados, à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades, ao respeito pelos direitos humanos e das instituições democráticas, bem como à promoção da liberdade de expressão, à preservação da diversidade cultural e política e à protecção do meio ambiente.

**Excelências,
Ilustres Convidados,**

Nos termos da 4ª Aspiração da Agenda 2063 e do seu projecto emblemático *“Silenciar as Armas”*, a UA define claramente o seu compromisso com a cultura de paz e tolerância que deve ser desenvolvida nas crianças e jovens de África através da educação. Além disso, o Preâmbulo da sua Constituição declara que *“uma vez que as guerras começaram nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que as defesas da paz devem ser construídas”*.

Na Declaração da XIV Cimeira Extraordinária da UA dedicada ao tema *“Silenciar as Armas”* adoptada a 6 de Dezembro de 2020, os Chefes de Estado e de Governo concordaram em mobilizar todos os instrumentos disponíveis da UA para a participação de Mulheres e Jovens nos esforços de paz e desenvolvimento em África. Por outro lado, o Comunicado Final da I Edição da Bienal de Luanda identificou uma série de áreas e temas que deveriam requerer uma atenção particular para a divulgação e promoção de uma cultura de paz em África de forma abrangente, incluindo através da educação formal e informal.

A este respeito, a Bienal de Luanda ofereceu uma plataforma africana única para troca de pontos de vista e a definição de estratégias para a prevenção da violência e de conflitos com vista à construção de uma paz duradoura em África. O evento foi um sucesso, nomeadamente por ter oferecido programas estratégicos especialmente dedicados à Juventude e às Mulheres, em consonância com a Carta da Africana sobre a Juventude e o Protocolo da UA sobre os Direitos das Mulheres.

Na sua XXXIV Sessão Ordinária realizada de 6 a 7 de Fevereiro de 2021, a Conferência de Chefes de Estado e de Governo da UA felicitou o Governo da República de Angola, a UA e a UNESCO pela organização conjunta do I Edição do Fórum Pan-Africano para a Cultura da Paz – Bienal de Luanda e os seus esforços para a promoção de uma cultura de paz em África. Neste sentido, incentivou Angola a organizar a II Edição da Bienal de Luanda e apelou à Comissão da UA (CUA), em estreita cooperação com a UNESCO, e aos Estados membros que apoiassem e participassem activamente desta iniciativa.

O Governo Angolano já criou as condições para a sua segunda edição para que seja mais oportunidade para a celebração do Tema do Ano de 2021 da União Africana: *“Arte, Cultura e Património: Alavancas para construir a África que queremos”*, tendo Sua Excelência João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente da República de Angola, criado uma Comissão Multisectorial para o efeito, coordenada por Sua Excelência Carolina Cerqueira, Ministra de Estado da Área Social. A mesma tem estado a trabalhar com a CUA e a UNESCO na criação das condições para a realização da II Edição da Bienal de Luanda, a ter lugar de 4 a 8 de Outubro de 2021, para a qual apelamos, desde já, para uma participação activa dos Estados membros da CPLP.

Excelências,

África vive uma grave crise económica e social, agravada pela pandemia da COVID-19, que está a aumentar os conflitos políticos, a intolerância religiosa, étnica e cultural, a radicalização e extremismo violento e a fragilizar as instituições do Estado, facilitando assim acções de instabilidade e de terrorismo no continente. Esta situação justifica a necessidade de uma procura abrangente e permanente de soluções pragmáticas, sustentáveis e complementares a favor da paz e da estabilidade em África.

Neste quadro, é fundamental a adopção de formas de governação cada vez mais participativas e inclusivas que contribuam para a promoção de uma cultura nacional

de paz, complementadas pela adesão plena aos princípios e padrões internacionais de direitos humanos e de combate à corrupção e à impunidade em África. Daí a importância da cultura da paz, deste conjunto de valores, atitudes e comportamentos que reflectem o respeito pela vida, pelo ser humano e a sua dignidade, que deve ser divulgado e praticado por todos e cada um dos Estados africanos.

A preparação da II Edição da Bienal de Luanda está devidamente alinhada ao tema deste ano da UA, facto que poderá, certamente, criar várias oportunidades para Angola continuar a avançar com uma Agenda Pan-africana que inclua, em particular, um incentivo à programas de educação para a paz, tolerância e diversidade que tenham um impacto efectivo e abrangente no seio das crianças e dos jovens em África.

Sendo uma iniciativa que reúne a cada dois anos actores e parceiros de um movimento pan-africano engajados na prevenção da violência e dos conflitos e pela consolidação da paz, a Bienal de Luanda pretende promover, de forma permanente e firme, esta cultura da paz que contribua para o reforço da unidade nacional e implique uma rejeição inequívoca, individual e colectiva, das divisões e da violência que têm afectado, com consequências políticas, económicas e sociais graves, muitos países em África, em particular na Região dos Grandes Lagos, pondo em causa o objectivo estratégico de se silenciar as armas no continente. Contamos, por isso, com a participação dos Estados Membros da CPLP nesta II Edição da Bienal de Luanda para a promoção de uma cultura de paz em África, base fundamental para a plena realização da cidadania de cada um no continente.

Muito obrigado pela atenção.

Francisco José da Cruz

Embaixador de Angola na Etiópia e Representante Permanente junto da União Africana e da Comissão Económica das Nações Unidas para África



Grelha de deliberações da XLII Reunião dos Pontos Focais de Cooperação

Luanda, 12 e 13 de julho de 2021

<p>4.2. Progressos na implementação dos ODS nos Estados-Membros - relatórios apresentados</p>	<ul style="list-style-type: none"> As informações partilhadas pelos Pontos Focais de Cooperação da CPLP, nomeadamente sobre os relatórios nacionais de progresso sobre os ODS, devem ser partilhadas com o Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP), até ao final de julho de 2021, para serem incluídas como anexo no Relatório da XLII Reunião dos Pontos Focais de Cooperação (RPFC).
<p>4.3. Ponto de situação sobre a constituição de um Grupo de Trabalho para elaboração de um documento orientador sobre os mecanismos de cooperação em cenários de emergência</p>	<ul style="list-style-type: none"> A Coordenação da RPFC, em parceria com o SECPLP, irá propor, até ao final de setembro de 2021, uma data para realização de uma primeira reunião do Grupo de Trabalho; Na preparação dessa reunião, o SECPLP circulará um ponto de situação sobre as atividades que tenham sido realizadas pelos “mecanismos de cooperação em cenários de emergência” definidos no espaço de deliberação das Reuniões de Ministros da CPLP nos setores da Administração Interna, da Defesa e da Saúde.
<p>4.4 Atualização dos contactos dos Pontos Focais Sectoriais</p>	<ul style="list-style-type: none"> Os PFC deverão continuar a remeter periodicamente ao SECPLP as tabelas de contacto dos pontos focais setoriais nacionais devidamente atualizadas; Espera-se que novas informações ou atualizações sejam remetidas ao SECPLP até ao dia 15 de dezembro de 2021.
<p>5.4 Apuramento de saldos remanescentes de Atividades do Fundo Especial</p>	<ul style="list-style-type: none"> Foram apurados um total de 20.341,39€ em saldos remanescentes, que ficam disponíveis para financiamento de novas Atividades. Estas novas disponibilidades resultam do apuramento de saldos das seguintes Atividades já concluídas: <ul style="list-style-type: none"> CIICLAA - PR83MN19 – 6.579,94€ Portal Conexão Lusófona - Fase 3 - PR79LIS18 – 13.761,45€ Este montante será somado aos saldos remanescentes apurados pela XLI RPF, de abril de 2021, no valor de 45.464,82€; A XLII RPFC apurou assim um total de saldos remanescentes no valor de 65.806,21€.
<p>6.1.1 Aquisição de Software para implementação da plataforma informática para a Criação de Rede de Arquivos Históricos da CPLP</p>	<ul style="list-style-type: none"> O SECPLP irá analisar, conjuntamente com o Brasil, a possibilidade de utilização do software “Tainacanm”, ferramenta informática de livre acesso, com possibilidade de adaptação e modelação às necessidades da Atividade e da CPLP.
<p>6.4 Deliberação sobre Propostas de Atividade e inclusão no QBC</p>	<ul style="list-style-type: none"> A XLII RPFC decidiu aprovar as seguintes propostas de atividade: <ul style="list-style-type: none"> “Observatório Clima CPLP (OCC)”, num montante total de 235.449,32€. Esta atividade será financiada com contribuições de Portugal (Ministério do Ambiente de Portugal) previamente depositadas no Fundo Especial da CPLP; “Apoio à constituição da Rede de Reservas da Biosfera da UNESCO nos países da CPLP”, num montante total de 299.810,4€. Esta atividade será financiada com contribuições de Portugal (Recursos a consignar) previamente depositadas no Fundo Especial da CPLP;

	<ul style="list-style-type: none"> • O Brasil prosseguirá um processo interno de consultas visando a sua participação nestas atividades. • Quanto à proposta de Atividade “Plataforma ODSlocal”, a XLII RPFC avaliou a pertinência da Atividade e deliberou encetar um processo de consulta com o proponente, que deverá envolver os PFC, as autoridades nacionais designadas para o acompanhamento dos processos de monitorização e reporte sobre os ODS e o SECPLP; • Esta reunião deverá ser realizada na segunda quinzena de outubro de 2021, numa data a consensualizar entre as partes.
<p>7.1 Programa de Apoio à Integração da Guiné Equatorial na CPLP 2021-2022 (PAIGE)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A XLII RPFC solicitou ao SECPLP que apresente uma informação à RPFC sobre os eixos do PAIGE que ainda carecem de recursos para a sua implementação bem como sobre o grau de execução das atividades/eixos para as/os quais foram já disponibilizados recursos; • Esta informação deverá ser remetida pelo SECPLP aos PFC, até ao final de agosto de 2021, para deliberação eletrónica da RPFC sobre uma proposta de alocação de recursos livres a distintas atividades/eixos do PAIGE.